

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
FACULDADE DE DIREITO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Marina Luri Rodrigues Kudo

**SEGURANÇA INTEGRADA E DEFESA: UM OLHAR SOBRE O PROJETO PILOTO  
DO SISTEMA INTEGRADO DE MONITORAMENTO DE FRONTEIRAS (SISFRON)  
(2012 – 2021)**

DOURADOS

Dezembro, 2023

Marina Luri Rodrigues Kudo

**SEGURANÇA INTEGRADA E DEFESA: UM OLHAR SOBRE O PROJETO PILOTO  
DO SISTEMA INTEGRADO DE MONITORAMENTO DE FRONTEIRAS (SISFRON)  
(2012 – 2021)**

*Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Banca Examinadora da Universidade Federal  
da Grande Dourados como pré-requisito para  
obtenção do título de Bacharel em Relações  
Internacionais.*

*Orientador: Prof. Dr. Tomaz Espósito Neto*

DOURADOS

Dezembro, 2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

K95s Kudo, Marina Luri Rodrigues

SEGURANÇA INTEGRADA E DEFESA: : UM OLHAR SOBRE O PROJETO PILOTO DO SISTEMA INTEGRADO DE MONITORAMENTO DE FRONTEIRAS (SISFRON) (2012 - 2021) [recurso eletrônico] / Marina Luri Rodrigues Kudo. -- 2023.

Arquivo em formato pdf.

Orientador: Tomaz Espósito Neto.

TCC (Graduação em Relações Internacionais)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2023.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. SISFRON. 2. Segurança. 3. Fronteiras. 4. Crime Transnacional. 5. Escola de Copenhague. I. Espósito Neto, Tomaz. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.



## ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Em 05 de dezembro de 2023, compareceu para defesa pública do Trabalho de Conclusão de Curso, requisito obrigatório para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, a aluna **Marina Luri Rodrigues Kudo** tendo como título “**SEGURANÇA INTEGRADA E DEFESA: UM OLHAR SOBRE O PROJETO PILOTO DO SISTEMA INTEGRADO DE MONITORAMENTO DE FRONTEIRAS (SISFRON) (2012 – 2021)**”.

Constituíram a Banca Examinadora os professores **Dr. Tomaz Espósito Neto** (orientador), **Dra. Lisandra Pereira Lamoso** (examinadora) e **Dra. Caroline Cordeiro Viana e Silva** (examinadora).

Após a apresentação e as observações dos membros da banca avaliadora, o trabalho foi considerado **Aprovado**.

Por nada mais terem a declarar, assinam a presente Ata.

Observações: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Assinaturas:

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** TOMAZ ESPOSITO NETO  
Data: 05/12/2023 16:25:44-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Dr. Tomaz Espósito Neto**

Orientador

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** LISANDRA PEREIRA LAMOSO  
Data: 05/12/2023 17:37:43-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Dra. Lisandra Pereira Lamoso**

Examinadora

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** CAROLINE CORDEIRO VIANA E SILVA  
Data: 05/12/2023 19:30:41-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Dra. Caroline Cordeiro Viana e Silva**

Examinadora

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, agradeço a Deus por sempre me guiar e capacitar em toda minha vida.

À minha família, por sempre me apoiarem e me incentivarem a ser a melhor versão de mim. Em especial aos meus pais, Hideo e Solange, sem eles nada disso seria possível. Obrigada por acreditarem em mim, por todos os esforços e investimentos feitos em mim e em minha educação. Obrigada por toda força, amor e valores que me ensinaram. Vocês são a base de tudo. Eu amo vocês.

Aos meus amigos, por todas as conversas e consolos. Vocês foram fundamentais para a conclusão desse trabalho. Aos amigos que fiz durante a faculdade, obrigada pelo suporte e por terem feito de Dourados a minha segunda casa. Espero levar vocês para sempre comigo.

Ao meu orientador Professor Doutor Tomaz Espósito Neto, pelo apoio e assistência durante a escrita deste trabalho. Obrigada pela paciência, pelos ensinamentos e por acreditar na minha capacidade.

À banca composta pelas Doutoradas Lizandra Pereira Lamoso e Caroline Cordeiro Viana e Silva, por aceitarem participar deste momento tão importante em minha vida e pela disponibilidade em avaliar este trabalho.

À Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), pela qualidade de ensino e de formação acadêmica. E aos demais docentes do curso de Relações Internacionais da UFGD que tive o prazer de conhecer durante minha graduação e que estruturam a qualidade do curso.

## RESUMO

Nas últimas décadas, o Brasil aumentou a presença do Estado nas fronteiras por meio da implementação de políticas de defesa nacional, como o Plano Nacional de Defesa (PND) e a Estratégia Nacional de Defesa (END). Esse fenômeno deve-se ao aumento dos crimes transnacionais e da presença de organizações criminosas nas faixas de fronteira. Em especial, no recorte geográfico analisado neste texto, a região da Grande Dourados no estado do Mato Grosso do Sul. A região foi escolhida para receber o Projeto Piloto do Sistema de Monitoramento Integrado de Fronteiras (SISFRON), criado após a aprovação da END em 2008. Neste sentido, o presente texto tem como pergunta de pesquisa: “Quais são as contribuições do Projeto Piloto do SISFRON para a construção de uma política de segurança integrada na região de fronteira do Arco Central do país, em especial para a região da Grande Dourados?”. O objetivo deste trabalho é analisar o processo de securitização das fronteiras do Arco Central, com enfoque na instalação do Projeto Piloto do SISFRON, sob a responsabilidade da 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada (4ª Bda C Mec) em Dourados-MS, e os seus resultados. Este texto sustenta o seguinte argumento: que o Projeto Piloto do SISFRON aumentou a capacidade de repressão ao crime ao facilitar a cooperação interagências e ao maximizar a capacidade de monitoramento e controle da fronteira por parte da 4ª Bda C Mec. Assim como, permitiu ao Brasil aumentar a cooperação regional, em especial na área de defesa e segurança pública, com os países vizinhos, como o Paraguai. Esta pesquisa qualitativa utiliza o método indutivo. Ademais, fez-se, ainda, uma análise de bibliografia selecionada e de documentos e dados oficiais. O marco teórico utilizado é a Escola de Copenhague e o conceito de securitização proposto por Barry Buzan, Ole Wæver e Jaap de Wilde (1998).

**Palavras-chaves:** SISFRON; Segurança; Fronteiras; Crime Transnacional; Escola de Copenhague

## ABSTRACT

In the last decades, Brazil has increased the State's presence on its borders through the implementation of national defense policies, such as the National Defense Plan (PND) and the National Defense Strategy (END). This phenomenon was due to the increase of transnational crimes and the presence of criminal organizations along the borders. In particular, in the geographical area analyzed in this text, the region of Grande Dourados in the state of Mato Grosso do Sul. The region was chosen to receive the Pilot Project of the Integrated Border Monitoring System (SISFRON), created after the approval of the END in 2008. In this context, this text has as its research question: "What are the contributions of the Pilot Project of SISFRON to the construction of an integrated security policy in the borders of the Central Arc of the country, especially for the region of Grande Dourados?". The objective of this work is to analyze the securitization process of the Central Arc borders, focusing on the installation of the SISFRON Pilot Project, under the responsibility of the 4th Mechanized Cavalry Brigade (4<sup>a</sup> Bda C Mec) in Dourados-MS, and its results. This text supports the following argument: that the SISFRON Pilot Project increased the capacity to repress crime by facilitating interagency cooperation and maximizing the ability of the 4<sup>a</sup> Bda C Mec to monitor and control the border. Likewise, it allowed Brazil to increase regional cooperation, especially in the area of defense and public security, with neighboring countries, such as Paraguay. This qualitative research uses the inductive method. Furthermore, an analysis of selected bibliography and official documents and data was also carried out. The theoretical framework used is the Copenhagen School and the concept of securitization proposed by Barry Buzan, Ole Wæver and Jaap de Wilde (1998).

**Keywords:** SISFRON; Security; Borders; Transnational Crime; Copenhagen School

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### FIGURAS

FIGURA 1 - MAPA DOS MUNICÍPIOS LIMÍTROFES DE DOURADOS .....	17
FIGURA 2 – MAPA DA REDE URBANA DE DOURADOS (2008).....	18
FIGURA 3 – ROTAS DE TRÁFICO DE COCAÍNA NO BRASIL .....	20
FIGURA 4 – A ATUAÇÃO DO PCC NO PARAGUAI.....	21
FIGURA 5 – FLUXO DE CONTRABANDO NO PARAGUAI.....	22
FIGURA 6 – ESQUEMATIZAÇÃO DOS SUBSISTEMAS DO SISFRON .....	32

### GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - APREENSÃO EM KG DE COCAÍNA POR ANO NO MATO GROSSO DO SUL (2015-2022).....	35
GRÁFICO 2 - APREENSÃO EM KG DE MACONHA POR ANO NO MATO GROSSO DO SUL (2015-2022).....	36
GRÁFICO 3 - ORÇAMENTO PLANEJADO VS ORÇAMENTO REALIZADO PARA O SISFRON .....	43

### QUADROS

QUADRO 1 – PRINCIPAIS ENTREGAS DO SISFRON (2010-2023).....	37
--	----

## **LISTA DE SIGLAS**

**BID** - Base Industrial de Defesa

**CComGex** – Centro de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército

**CMO** - Comando Militar do Oeste

**COC** – Centro de Operações Conjuntas

**CV** - Comando Vermelho

**DEFRON** - Delegacia Especial de Fronteira

**DOF** - Departamento de Operações de Fronteira

**EB** – Exército Brasileiro

**EME** – Escola Maior do Exército

**ENAFRON** - Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras

**END** - Estratégia Nacional de Defesa

**EPEx** - Escritório de Projetos do Exército

**FUNAG** - Fundação Alexandre de Gusmão

**GEFRON** – Grupo Especial de Fronteira

**GGIF** – Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira

**GGIFron** - Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira

**GSI** - Gabinete de Segurança Institucional

**IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**LBDN** - Livro Branco de Defesa Nacional

**MB** – Marinha do Brasil

**MD** - Ministério da Defesa

**MERCOSUL** – Mercado Comum do Sul

**MJ** - Ministério da Justiça

**OM** – Organizações Militares

**PCC** - Primeiro Comando da Capital

**PDFF** – Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira

**PEF** - Plano Estratégico de Fronteiras

**PEFRON** - Projeto de Policiamento Especializado na Fronteira

**PF** – Polícia Federal

**PND** - Política Nacional de Defesa

**PPA** – Plano Plurianual

**PPIF** - Programa de Proteção Integrada de Fronteiras

**PRF** – Polícia Rodoviária Federal

**SEJUSP** - Secretaria Estadual de Justiça e Segurança Pública

**SISBIN** - Sistema Brasileiro de Inteligência

**SISFRON** - Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>9</b>
<b>2</b>	<b>CRIME ORGANIZADO E ILÍCITOS TRANSNACIONAIS NA FRONTEIRA ENTRE O BRASIL E O PARAGUAI.</b> .....	<b>13</b>
2.1	A ATUAÇÃO DE FACÇÕES CRIMINOSAS NA REGIÃO DE DOURADOS NO SÉCULO XXI .....	19
<b>3</b>	<b>O PROCESSO DE SECURITIZAÇÃO DAS DROGAS NO BRASIL E CRIAÇÃO DE POLÍTICAS DE DEFESA NAS FRONTEIRAS</b> .....	<b>24</b>
<b>4</b>	<b>O SISTEMA INTEGRADO DE MONITORAMENTO DE FRONTEIRAS (SISFRON)</b> .....	<b>30</b>
4.1	O PROJETO PILOTO E SEUS RESULTADOS.....	33
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>47</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>49</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O Brasil possui uma faixa de fronteira que abrange 588 municípios localizados em 11 estados, com extensão total de 1.421.344,688 quilômetros quadrados, o que corresponde a 16,7% do território brasileiro e onde vivem 10 milhões de cidadãos (IBGE, 2021). Além disso, abrange 10 dos 12 países da América do Sul, são eles: Bolívia, Peru, Venezuela, Colômbia, Guiana, Paraguai, Argentina, Uruguai, Guiana Francesa e Suriname.

Neste sentido, o Brasil configura uma posição estratégica na manutenção do papel central na integração regional. Todavia, a diversidade da vasta faixa de fronteira dificulta o monitoramento e controle do terreno, o que propicia ao crime transnacional, em especial ao narcotráfico, uma área fértil para o seu desenvolvimento (Silva, 2022). Ademais, somado ao fato que grande parte dos estados da federação fazem divisa com países produtores de matéria-prima de drogas, a manutenção da segurança interna do país exige uma capacidade de criação de políticas públicas interdisciplinares que combatam efetivamente o problema.

Igualmente, o aumento da percepção da violência ocasionada pelo atentado terrorista de 11 de setembro de 2001 e a agenda da Guerra Contra o Terror<sup>1</sup>, gerou um movimento de macrossecuritização das fronteiras que permitiu que os problemas decorrentes do tráfico de drogas passassem da lógica da securitização para a macrossecuritização (Villa, 2014).

A macrossecuritização refere-se a objetos referentes em nível sistêmico, isto é, ideologias ou religiões universais, instituições primárias de segurança internacional ou doutrinas como a guerra global ao terror, com capacidade de incorporar e coordenar múltiplos níveis mais baixos de securitização (Villa, 2014).

Outrossim, Newman (2006) explica como as fronteiras passam por processos de abertura e fechamento denominado “*rebordering*”. Neste sentido, a agenda global ao terror promoveu o fechamento das fronteiras refletindo a percepção de ameaça dos EUA.

Consoante a isso, Rosière (2015) analisa a criação de teicopolíticas – políticas baseadas na construção de muros e barreiras em diferentes escalas – como consequência da globalização. Segundo Rosière (2015), existe um paradoxo gerado pela mundialização. Imaginava-se que a globalização traria um mundo sem fronteiras, mas na realidade, houve um aumento nas dinâmicas de fechamento por meio da construção de barreiras (Rosière, 2015).

---

<sup>1</sup> A Guerra contra o Terror foi uma iniciativa militar lançada pelo presidente estadunidense George W. Bush como resposta ao atentado do 11 de setembro de 2001.

As teicopolíticas refletem o desejo por controle em um ambiente entendido como ameaçador ou não controlado. Sendo assim, uma vez que a globalização intensifica o fluxo de trocas de bens, serviços e homens, a criação dessas barreiras busca enfrentar as ameaças contemporâneas ligadas à mobilidade geradas pela mundialização (Rosière, 2015).

No Brasil, também houve um processo de securitização das fronteiras na segunda década do século XXI, conforme pode ser observado com os documentos de defesa nacional, como o Livro Branco de Defesa Nacional (2010), Plano Nacional de Defesa (2012) e a Estratégia Nacional de Defesa (2008), e com a implantação políticas públicas com o foco na segurança pública, como o Plano Estratégico de Fronteiras (PEF) em 2011 e a Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON) (2011) (Silva, 2013).

O principal foco dessas políticas federais de segurança foi o Arco Central – área de fronteira que abrange os estados de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul – devido ao incremento da percepção da ameaça ocasionado pelo aumento do crime organizado transnacional na região, em especial de facções, como Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV) (Carneiro Filho *et al.*, 2020).

Dentre os diversos projetos, destaca-se o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON). Esse é um sistema integrado de sensoriamento, de apoio à decisão e apoio à atuação integrada para fortalecer a presença e capacidade do Estado na faixa de fronteira (Brasil, 2014). O projeto piloto ficou sob a área de atuação da 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, com sede em Dourados -MS, sua localização levou em consideração as principais vias de entrada de ilícitos do país, principalmente de drogas e armas. (Leite, 2013). O local de implementação do Projeto Piloto trata-se de uma região com 650 km de fronteira. Atualmente, o SISFRON está em processo de ampliação para toda a região fronteira dos estados de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso com o Paraguai e a Bolívia e, numa fase posterior, planeja-se ampliá-lo em toda a fronteira brasileira (Andrade *et al.*, 2019).

Neste contexto, o presente texto possui a seguinte pergunta de pesquisa: Quais são as contribuições do Projeto Piloto do SISFRON para a construção de uma política de segurança integrada<sup>2</sup> na região de fronteira do Arco Central do país, em especial na região da Grande Dourados?

---

<sup>2</sup> [...] Segurança Integrada é um conjunto de ações que envolvem não só a Defesa, mas órgãos policiais e agências governamentais capazes de manter a estabilidade do país, a governança e o equilíbrio do tecido social. É no contexto de Segurança Integrada que a maioria das situações de crises existentes em período de paz deverão ser conduzidas (WAKAI ET ALII, 2017, P. 89 *apud* Espósito Neto; Franchi, 2021).

Diante o exposto, o escopo deste trabalho é analisar a evolução do processo de securitização das fronteiras do Brasil. Para tanto, o presente trabalho possui os seguintes objetivos específicos: a) apresentar a dinâmica do combate ao crime organizado na região da Grande Dourados; b) avaliar o processo de instalação do projeto piloto do SISFRON; e c) analisar quais os resultados do projeto piloto para a política de segurança no Arco Central.

O argumento deste texto é que o Projeto Piloto do SISFRON potencializou a atuação da 4ª Bda C Mec na faixa de fronteira. Pois, permitiu o aumento da capacidade de monitoramento das áreas fronteiriças. Assim como, possibilitou a interoperabilidade entre agências, o que maximizou a repressão aos crimes transfronteiriços. Ademais, analisa-se como a implementação do Projeto Piloto gerou maior cooperação regional nos âmbitos de defesa e políticas públicas de segurança com os países vizinhos da América do Sul, em especial o Paraguai.

A fim de alcançar os objetivos propostos, foi utilizada a abordagem qualitativa e o método indutivo. Para Lakatos e Marconi (2003), o objetivo do método indutivo é levar a conclusões cujo conteúdo é muito mais amplo do que o das premissas nas quais se basearam. Já a pesquisa qualitativa busca responder questões particulares, ela se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado, isto é, trabalha com o universo de significados, motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes (Minayo, 1995). Segundo Lakatos e Marconi (2003, p. 183), a pesquisa bibliográfica "oferece meios para definir, resolver, não somente problemas já conhecidos, como também explorar novas áreas onde os problemas não se cristalizaram suficientemente".

Para tanto, fez-se uma análise selecionada de artigos, livros e teses, juntamente com a análise selecionada de documentos e dados oficiais, disponíveis em páginas oficiais do Ministério da Justiça, Polícia Federal (PF), Secretaria de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP), entre outros.

O referencial teórico deste trabalho é Escola de Copenhague, que amplia os temas de segurança internacional para além dos conhecidos pelo realismo. Segundo Barry Buzan e Lene Hasen, (2009, *apud* Silva, 2013) ocorreu uma evolução nos estudos de segurança internacional, em que os estudiosos deixaram de pensá-la exclusivamente como uma questão de defesa, saindo apenas da esfera militar e abarcando os setores político, econômico, societal e ambiental. Dentre as contribuições da Escola de Copenhague, está o conceito de securitização:

[...] the exact definition and criteria of securitization is constituted by the intersubjective establishment of an existential threat with a saliency sufficient to have substantial political effects. Securitization can be studied directly; it does not need indicator. The way to study securitization is to study discourse and political constellation (Wæver, Buzan; De Wilde, 1998, p. 25).

A Escola de Copenhague conceitua a securitização como um ato de fala, isto é, uma construção social. O processo de securitização envolve um objeto referente, ou seja, um tema identificado como uma ameaça existencial; um agente securitizador, que é o ator que reivindica o objeto referente como uma ameaça; e por fim, os atores funcionais, que não pertencem a nenhum dos outros dois grupos mas influenciam na dinâmica de securitização (Wæver, Buzan; De Wilde, 1998).

Além da introdução e das considerações finais, o trabalho é dividido em três partes. A primeira aborda a expansão do crime organizado e das ameaças transnacionais e a geopolítica da fronteira Brasil-Paraguai para a compreensão da sua relevância na rota do tráfico. A segunda parte trata do processo de securitização das fronteiras com o aumento da percepção de ameaça após a Guerra ao Terror e da criação de novas políticas de segurança no Arco Central. E a terceira parte, abarca a análise do Projeto Piloto do SISFRON, sua implementação, desenvolvimento, operacionalidade e resultados no Estado do Mato Grosso do Sul.

## 2 CRIME ORGANIZADO E ILÍCITOS TRANSNACIONAIS NA FRONTEIRA ENTRE O BRASIL E O PARAGUAI

Para compreender a conjuntura das fronteiras brasileiras, e em especial o recorte geográfico deste trabalho, a região da Grande Dourados - MS, é necessário antes fazer uma análise do conceito de fronteira.

O Artigo 20 § 2º da Constituição Federal de 1988 define a faixa de fronteira como: “A faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental para defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização serão reguladas em lei” (Brasil, 1988).

Para Lia Osório Machado (2006), o ambiente geográfico da fronteira é mais complexo do que aquele simbolizado pelo limite estatal, isso devido às redes de circulação e intercâmbio e grupos humanos existentes. A autora define a zona de fronteira como um espaço relacional e não dicotômico, que ao mesmo tempo é um lugar de comunicação e troca, também é lugar de tensão e conflito (Machado, 2006).

Já Oscar Medeiros Filho (2020) analisa duas noções de fronteira, a primeira - *border* - compreendida como um limite, a divisa entre a soberania de um Estado e outro expressa através de linhas naturais ou artificiais. E a segunda - *frontier* - refere-se à fronteira como uma área periférica, pouco desenvolvida e que carece da presença estatal, na qual a preocupação militar é a garantia do exercício da soberania e do monopólio legítimo da violência.

O Brasil faz divisa com 10 países da América do Sul e possui 588 municípios na faixa de fronteira (IBGE,2021). Isto posto, segundo a Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) [s.d.], o limite que separa o Brasil e o Paraguai possui 1.365,4 km, sendo 928,5 km por rios e 436,9 km por divisor de águas. E os estados brasileiros que são vizinhos do país são: Paraná e Mato Grosso do Sul. Já com a Bolívia, o Brasil possui uma fronteira com extensão de 3.423,2 km, dos quais 2.609,3 km são por rios e canais, 63,0 km por lagoas e 750,9 km por linhas convencionais, que englobam os seguintes estados brasileiros: Acre, Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Neste sentido, o estado do Mato Grosso do Sul configura posição estratégica na manutenção da segurança nacional por fazer divisa com cinco outros estados da federação além da Bolívia e do Paraguai. Além disso, o estado possui 44 municípios localizados em faixa de fronteira, e sua baixa densidade demográfica somado ao fato de fazer divisa com países produtores de maconha e cocaína, bem como a sua proximidade com portos e estradas que escoam as drogas para outros locais, conferem ao estado relevância significativa na rota

do tráfico de ilícitos e surgimento de outros crimes, como furto e roubo, lavagem de dinheiro, evasão de divisas, homicídios, tráfico de armas, corrupção, roubos a instituições financeiras e a violência de uma maneira geral (Silva, 2022).

Não obstante, pode-se analisar a dimensão securitária das fronteiras brasileiras no Arco Central com a noção de *frontier* fornecida por Medeiros Filho (2020). Isto é, a ameaça à segurança pública não está relacionada a problemas geopolíticos de fronteira, mas sim problemas na fronteira, que refletem a fragilidade da população local e a lacuna da presença estatal para promover o desenvolvimento e também para garantir o exercício da lei.

Conforme exposto por Santa Bárbara e Medeiros Filho (2021), a cultura estratégica do Exército Brasileiro (EB) foi, historicamente, constituída a partir da ligação entre segurança, integração territorial e desenvolvimento. Fato devido à atribuição do EB como responsável pela ocupação das áreas interiores e de intercâmbio fronteiriço do país. Sendo assim, a ideia de defesa surge atrelada com a noção de desenvolvimento (Santa Bárbara; Medeiros Filho, 2021).

Nesse sentido, não há como se desconsiderar as características que envolvem o nosso entorno estratégico. O Brasil está inserido em uma região com a baixa incidência de guerras interestatais, fatores históricos-militares e os desafios enfrentados por países em desenvolvimento, contribuam, do ponto de vista da cultura estratégica, para a construção de um “olhar para dentro”. Decorre desse olhar, um plano interno privilegiado e, conseqüentemente, um emprego militar associado a políticas públicas como as de segurança e desenvolvimento (Santa Bárbara; Medeiros Filho, 2021, p. 150).

Não obstante, para Ayoob (1995 *apud* Santa Bárbara; Medeiros Filho, 2021), em países em desenvolvimento as questões relacionadas à segurança são delineadas a partir das vulnerabilidades que ameaçam ou podem ameaçar as estruturas do Estado. Portanto, Santa Bárbara e Medeiros Filho (2021) analisam que as fragilidades estatais estão relacionadas ao modelo desenvolvimentista, caracterizado por carências socioeconômicas e institucionais que resultam em desafios, tais como a manutenção da ordem e a aplicação do império da lei em partes do território. A hipótese sustentada por Santa Bárbara e Medeiros Filho (2021) é que tais desafios podem levar suas Forças Armadas a desempenhar funções além da defesa *stricto sensu* (preparar-se para a guerra) na região.

Segundo Kacowicz *et al.* (2020 *apud* Vaz, 2023) existe uma coexistência de fronteiras abertas e a presença de ameaças decorrentes do fluxo de ilícitos transnacionais por atores não-estatais violentos. Sendo assim, existe uma dificuldade de controle estatal na região, que somada à realidade socioeconômica carente de políticas públicas de desenvolvimento,

configuram papel central para a manutenção do crime transnacional no estado do Mato Grosso do Sul.

Abarca-se do conceito de “áreas marrons” proposto por Trejos Rosero (2015 *apud* Medeiros Filho, 2020), em que se observa a sobreposição de atores não-estatais envolvidos em atividades ilegais sobre as instituições estatais. Nesses espaços, os atores não-estatais adquirem tantos recursos e influência, que estabelecem territorialidades armadas nas quais o poder do Estado não é soberano. Pode-se assim, relacionar a securitização das fronteiras brasileiras e o aumento da presença do Estado na faixa de fronteira como uma reação militar à perda de controle e soberania no território fronteiriço.

Ademais, Medeiros Filho (2020) reforça o impacto das noções de *frontier* na criação de políticas de defesa no país. Para o autor, o emprego das forças militares em atividades ligadas ao desenvolvimento e segurança em áreas fragilizadas, dão ao exército a responsabilidade estatal, isto é, deixam de ser vistos como instrumento do Estado, mas como o próprio Estado, responsável pela condução de políticas de desenvolvimento regional e pela manutenção da segurança pública (Medeiros Filho, 2020).

Outrossim, os problemas na *frontier* resultam no entendimento por parte dos militares de países vizinhos que o controle territorial está ameaçado por uma adversidade em comum. Nesse sentido, os canais de diálogo estabelecidos entre esses militares se manifestam por meio de iniciativas de acordos bilaterais, do intercâmbio de militares e das operações conjuntas realizadas na região (Medeiros Filho, 2020). Neste contexto, cabe a fala de Medeiros Filho (2020):

Sob tal contexto, parece viável a ampliação da cooperação militar entre os países, especialmente em relação a elementos de controle territorial numa perspectiva de *frontier*. Nesse sentido, a ampliação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON), pode se constituir numa excelente oportunidade de cooperação transfronteiriça. No que diz respeito às ameaças de natureza geopolítica, entretanto, justo por envolver a participação de potências extrarregionais, pode vir a encontrar maiores dificuldades para estabelecer saídas cooperativas. (Medeiros Filho, 2020, p. 92)

Uma outra característica de Mato Grosso do Sul que aumenta a percepção das atividades ilegais são as cidades-gêmeas (Silva, 2022). De acordo com o artigo 1 da Portaria nº 2.507, de 05 de outubro de 2021 do Ministério do Desenvolvimento Regional:

Serão considerados cidades gêmeas os Municípios cortados pela linha de fronteira, seja essa seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infraestrutura, que

apresentem grande potencial de integração econômica e cultural, podendo ou não apresentar uma conurbação ou semi-conurbação com uma localidade do país vizinho, assim como manifestações "condensadas" dos problemas característicos da fronteira, que aí adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania (Brasil, 2021, p. 29).

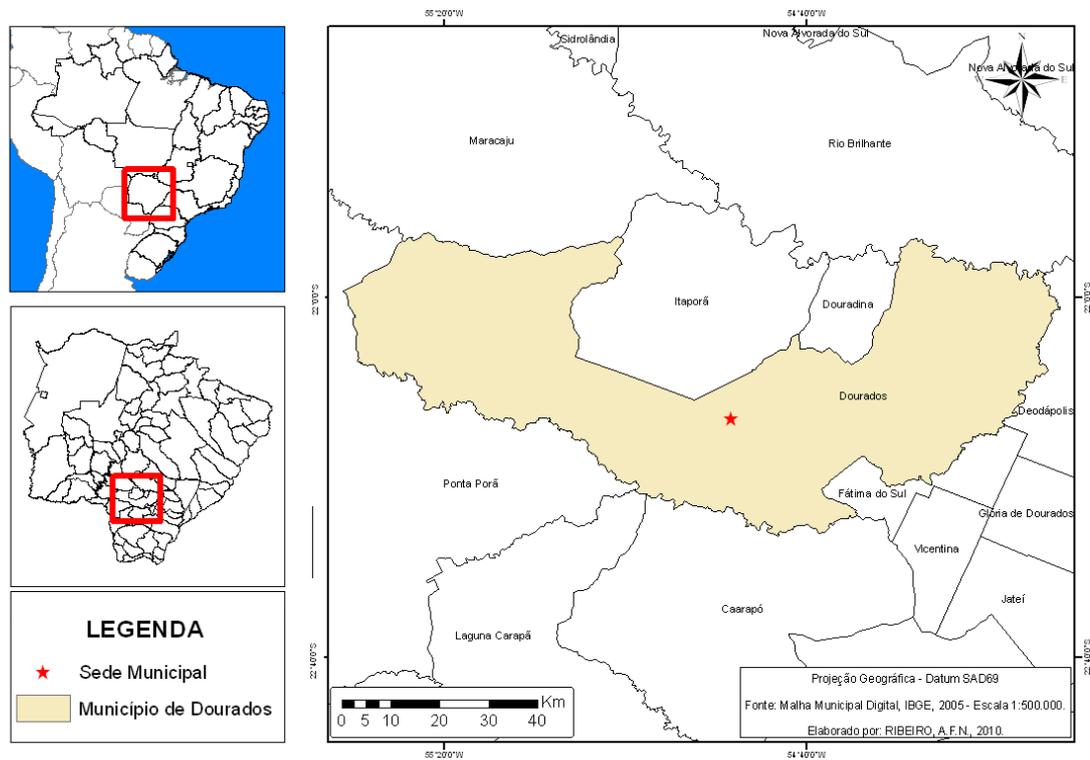
Desta forma, devido à característica das cidades-gêmeas como polos de comunicação e interação econômica e social e o alto grau de interdependência entre elas (Machado, 2006), o controle estatal se torna mais difícil. Além disso, como já analisado, as cidades-gêmeas carecem de políticas públicas permanentes para a promoção do desenvolvimento e bem-estar da população local, o que é refletido nos índices de crimes e violência.

De acordo com o Atlas da Violência realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (2023), o número de homicídios por 100 mil habitantes em Ponta Porã foi de 48 mortes em 2018, em 2019 o número foi 48,63 a cada 100 mil habitantes. Em outras cidades-gêmeas do estado o índice foi ainda maior, em Coronel Sapucaia, por exemplo, o número foi de 76,06 mortes em 2018 e em 2019 registrou 72,12 homicídios por 100 mil habitantes.

Com intuito de compreender as dinâmicas da faixa de fronteira, destaca-se o papel do município de Dourados como capital regional no interior do estado do Mato Grosso do Sul. A cidade está localizada a uma distância de aproximadamente 224 quilômetros da capital do estado Campo Grande, e a 124 quilômetros das cidades-gêmeas de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero (Dourados, 2018).

Com um território de 4.086,24 quilômetros quadrados, o município de Dourados faz divisa com os municípios de: Rio Brilhante, Maracaju, Douradina, Itaporã, Fátima do Sul, Caarapó, Laguna Caarapã, Ponta Porã e Deodápolis (Figura 1).

FIGURA 1 - MAPA DOS MUNICÍPIOS LIMÍTROFES DE DOURADOS



Fonte: LABGEO *apud* Perfil Socioeconômico de Dourados – MS, 2018.

Por meio de uma análise histórica observa-se que, o então estado do Mato Grosso teve sua economia e desenvolvimento interligados à produção de erva mate pela Companhia Matte Laranjeira S/A. Além disso, no início do século XX, houve também um conjunto de medidas adotadas pelo Governo Federal com objetivo de ocupar as áreas de fronteiras e integrá-las ao território nacional, cabe destacar a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, que ligava as cidades de Bauru-SP e Corumbá-MS; e a Marcha para o Oeste (Ghadie, 2019).

Neste sentido, verifica-se que Dourados passou por um rápido processo de urbanização e desenvolvimento impulsionado pelos investimentos estatais, especialmente após criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) no governo de Getúlio Vargas, que estimulou a vinda de colonos para a região com a distribuição de terras (Silva, 2011 *apud* Ghadie, 2019). Ademais, na década de 1970 houve o asfaltamento da BR-163 o que abriu as fronteiras do município e fomentou o desenvolvimento regional (Dourados, 2018).

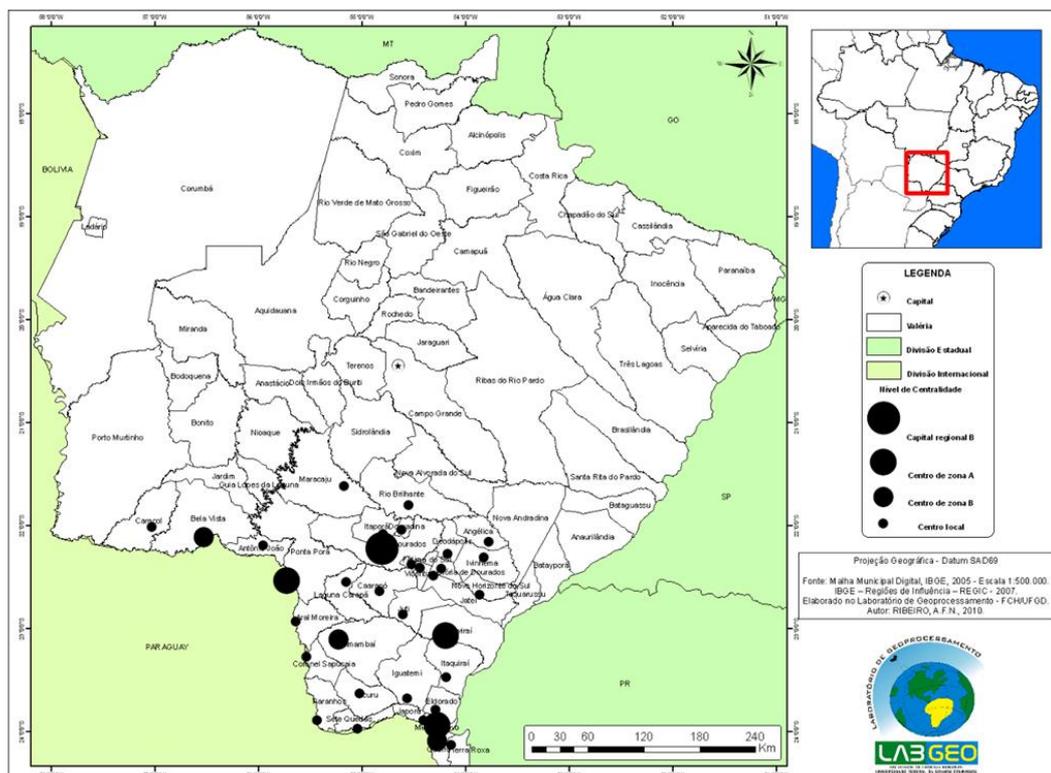
Consoante a isso, no final da década de 1990, os três setores produtivos do Estado – indústria, comércio e prestação de serviços - deixam de se concentrar na capital e deslocam-se para o interior, tem-se assim o início da formação da região da Grande Dourados, polo

formado por 15 municípios, zona configurada como a microrregião de Dourados (Ghadie, 2019). Como elucidado por Calixto (2019):

A criação de infraestrutura necessária para permitir maior fluidez material (mercadorias e pessoas) e imaterial (informações, conhecimento e capital financeiro) redefiniu socioespacialmente a região, expressando complexidade na divisão territorial do trabalho e novas formas de reprodução do espaço regional e urbano. Ao longo do tempo, essas mudanças levaram Dourados à condição de centro de comercialização de bens e prestação de serviços, consolidando sua posição de principal centro urbano regional (Calixto, 2019, p. 594).

De acordo com a análise feita por Calixto (2019) com os dados das Regiões de Influências das Cidades (Regic) de 2008 (Figura 2), Dourados exerce influência sobre centros urbanos como Mundo Novo, Naviraí e Ponta Porã, classificados como centros de zona A, além de Amambaí, Guaíra-PR e Bela Vista, considerados centros de zona B, e seus respectivos centros locais. E que dentro de sua área de influência, o município de Dourados congrega diretamente 21 centros urbanos e, através desses, outros 12, estabelecendo relações com o estado do Paraná, especialmente com as cidades de Guaíra e Terra Roxa. Essas conexões consolidam papéis e funções que garantem sua centralidade na rede urbana regional (Calixto, 2019).

FIGURA 2 – MAPA DA REDE URBANA DE DOURADOS (2008)



Fonte: Regic (IBGE, 2008) *apud* Calixto, 2019.

Sendo assim, constata-se Dourados como uma cidade média, devido à sua localização na faixa de fronteira do Brasil com o Paraguai, às interações estabelecidas na região onde está inserida e a influência que exerce por meio da oferta de serviços especializados. Além disso, a cidade desempenha um papel estratégico como o principal centro de influência direta e/ou indireta no estado do Mato Grosso do Sul (Ghadie, 2019).

## 2.1 A ATUAÇÃO DE FACÇÕES CRIMINOSAS NA REGIÃO DE DOURADOS NO SÉCULO XXI

Ao analisar a zona fronteira na região da Grande Dourados, na última década, houve um aumento da presença de organizações criminais<sup>3</sup> como o Comando Vermelho (CV) e o Primeiro Comando da Capital (PCC) na região devido a localização estratégica na rota de tráfico de ilícitos transfronteiriços (Vaz, 2023).

De acordo com o *Insight Crime* (2020, tradução nossa), após o assassinato de Jorge Rafaat em 2016, considerado o “rei da fronteira” em Pedro Juan Caballero, houve uma série de assassinatos entre o CV e o PCC relacionados a disputa do novo controle da rota de tráfico. Desde então, o PCC assumiu o controle da rota de drogas e enfraqueceu a atuação do CV ao impedir seu acesso às rotas de contrabando no leste paraguaio.

Ainda segundo o *Insight Crime* (2020), o PCC se tornou uma ameaça transnacional ao estabelecer uma base secundária de poder no Paraguai e por ser responsável por grande parte do tráfico de cocaína do Brasil para a Europa (Figura 3). Ademais, o *Insight Crime* (2020) afirma que o Paraguai serve de esconderijo para os criminosos brasileiros e como um centro de operações do PCC, que conseguiu expandir seu modelo criminoso para o país, além de servir como ponto de trânsito para maconha e cocaína traficadas para fora da Bolívia e como porta de entrada de armas traficadas para o Brasil, conforme as Figuras 3, 4 e 5.

---

<sup>3</sup> “Considera-se organização criminosa a associação de 4 (quatro) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional” (Brasil, 2013, Art. 1º § 1º). O presente texto utilizará organizações e facções criminosas como sinônimo.

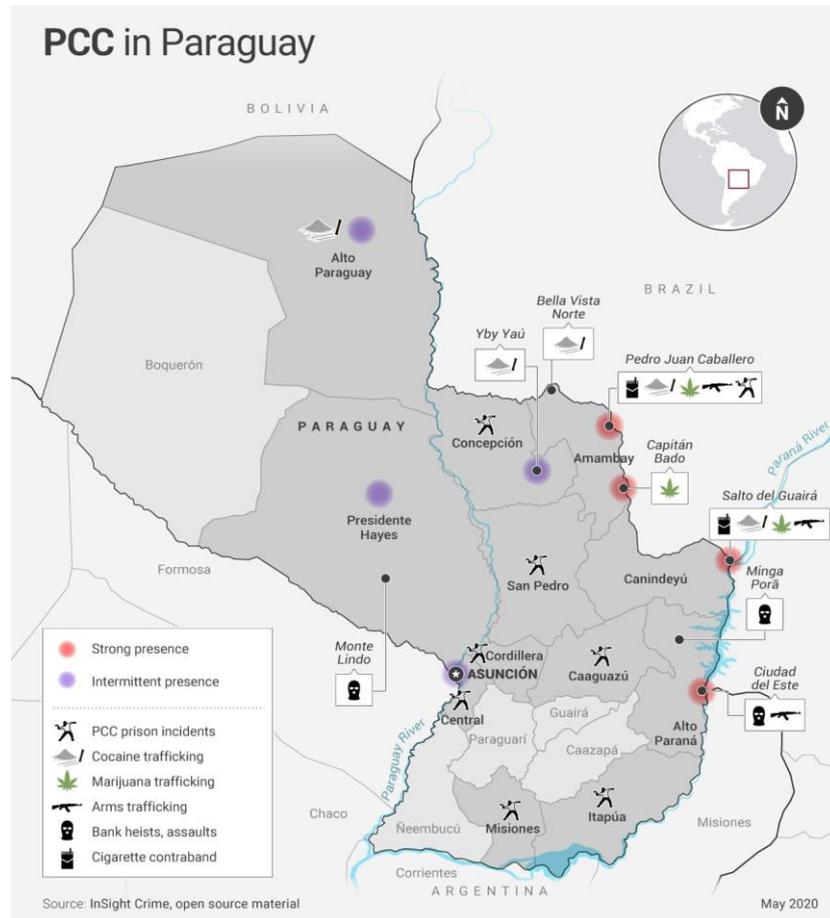
FIGURA 3 – ROTAS DE TRÁFICO DE COCAÍNA NO BRASIL



Fonte: *Insight Crime* (2020)

A figura acima mostra as principais rotas de tráfico de cocaína no Brasil e os locais para onde são exportadas. Verifica-se que no estado do Mato Grosso do Sul as cidades de Corumbá e Ponta Porã destacam-se como os principais entrepostos de tráfico. Além disso, observa-se o caminho de interiorização das drogas que saem do estado em direção aos principais portos internacionais do país.

FIGURA 4 – A ATUAÇÃO DO PCC NO PARAGUAI

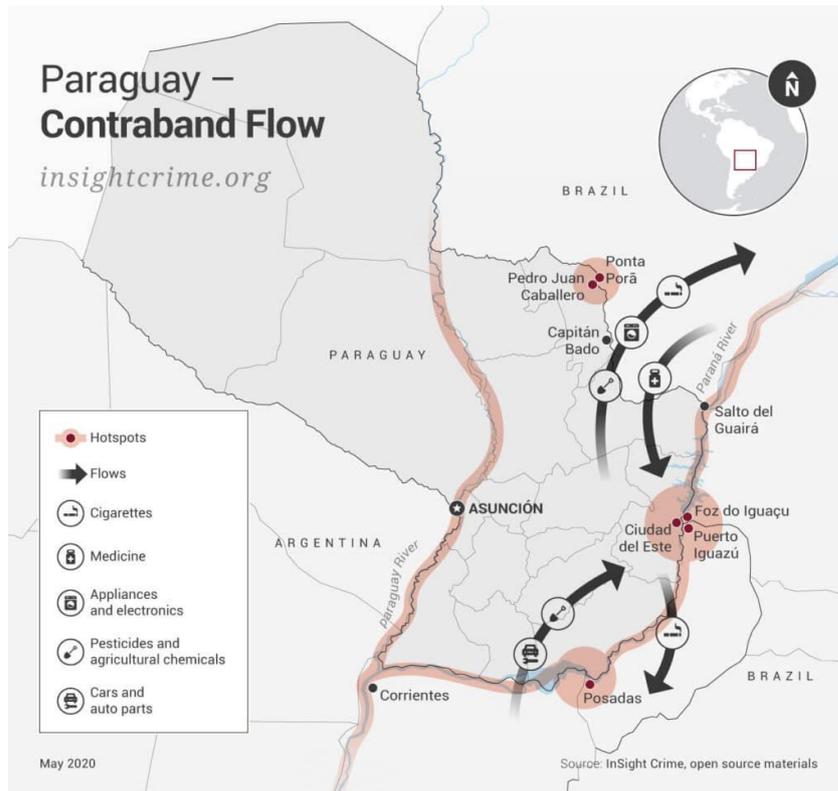


Fonte: *InSight Crime* (2020)

Na figura 4, verifica-se uma forte presença do PCC nas cidades-gêmeas, em especial na cidade de Pedro Juan Caballero com a existência de crimes como contrabando de cigarro, tráfico de armas, incidentes prisionais relacionados ao PCC e o tráfico de maconha e cocaína na cidade.

Já na figura 5, pode-se analisar os fluxos de contrabando do Paraguai com o Brasil e a Argentina. Com o Brasil, destaca-se o contrabando de eletrônicos e eletrodomésticos, cigarros, pesticidas e agroquímicos, e aponta-se as cidades de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero como um local de incidência do contrabando.

FIGURA 5 – FLUXO DE CONTRABANDO NO PARAGUAI



Fonte: *InSight Crime* (2021)

Para Rego-Monteiro (2020), as dinâmicas da segurança urbana, a conexão com a rede urbana dos centros metropolitanos nacionais e a intensidade dos fluxos transfronteiriços no Arco Central, em especial na fronteira paraguaia, juntamente ao perfil mais repressivo das forças policiais, construíram um ambiente para a criação de novas imbricações entre funções policiais e militares.

Em relação as políticas de segurança e defesa na faixa de fronteira, cabe enfatizar o papel de Dourados como cidade-polo e estratégica no âmbito da segurança pública. Segundo Faisting e Carbonari (2000), o município concentra a grande maioria das instituições de justiça e segurança da região, destaca-se a Delegacia Especializada nas Operações de Fronteira (DEFRON), que atuam em conjunto com as outras forças, especialmente com o Departamento de Operações de Fronteira (DOF); a cidade também conta com unidades da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, da Receita Federal, além do Ministério Público Federal e Estadual.

Adicionalmente, o Ministério da Defesa e as Forças Armadas também desempenham papéis estratégicos em relação às intervenções estatais na região de fronteira (Ghadie, 2019). Neste sentido, após a criação do Plano Estratégico de Fronteiras (PEF), as ações estatais de

controle, fiscalização, monitoramento e repressão nas fronteiras aumentaram, assim como a integração dos municípios com os órgãos de segurança estadual e federal.

O próximo capítulo trata de uma análise da evolução das políticas de segurança implementadas nas fronteiras brasileiras, consoante ao processo de securitização do tráfico de ilícitos no país.

### **3 O PROCESSO DE SECURITIZAÇÃO DAS DROGAS NO BRASIL E CRIAÇÃO DE POLÍTICAS DE DEFESA NAS FRONTEIRAS**

Com base no conceito de securitização proposto pela Escola de Copenhague, utilizado como marco teórico desta pesquisa, entende-se que a percepção de uma ameaça é uma construção social. De acordo com essa afirmação, o presente capítulo explora a agenda securitizada do tráfico de ilícitos no Brasil e, conseqüentemente, a criação de políticas de segurança e defesa nas regiões de fronteiras, assim como aponta o perfil da liderança política vigente durante a formulação dessas novas políticas de defesa.

Como analisado no capítulo anterior, historicamente as fronteiras brasileiras foram marginalizadas de políticas públicas de desenvolvimento, foca-se em políticas de segurança e defesa que garantissem a soberania e os limites estatais (Carneiro Filho; Camara, 2019).

Essa política é continuada com a criação do Conselho de Defesa Nacional (CDN), em 1927, órgão permanece como principal responsável pelas políticas e ações para as fronteiras brasileiras até o final do período militar (Furtado, 2015). Com as novas dinâmicas internacionais provocadas pela globalização, integração regional e pela interdependência, a partir da década de 1970, a forma de se pensar fronteira muda, promovendo a criação de acordos de cooperação com os países vizinhos (Scherma, 2016).

Após a redemocratização do país e a criação do MERCOSUL, a agenda política das fronteiras no Brasil adquire caráter mais social. Surge então, no governo FHC, políticas específicas para a promoção do desenvolvimento socioeconômico como o Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Região da Grande Fronteira do Mercosul e o Desenvolvimento Social da Faixa de Fronteira (Scherma, 2016; Carneiro Filho; Camara, 2019).

Já no governo Lula houve um aprofundamento dessas políticas, empenhadas na construção de uma parceria estratégica sul-americana com a ascensão de lideranças de centro-esquerda no Mercosul, a chamada Onda Rosa (Espósito Neto; Franchi, 2022). Cria-se então o Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF), que previa o fortalecimento das regiões de fronteira e o desenvolvimento sustentável integrado com os países vizinhos (Scherma, 2016; Carneiro Filho; Camara, 2019).

Em contrapartida, durante o governo Dilma, o foco das políticas de fronteira voltam para o caráter securitário (Scherma, 2016). Como será analisado durante o capítulo, tem-se a criação de novas políticas de defesa no Brasil. Segundo Carneiro Filho; Camara; Pereira, 2020:

Após ter recebido um conjunto de políticas governamentais voltadas à integração sul-americana e ao desenvolvimento local na primeira década do século XXI, a faixa de fronteira do Brasil, a partir de 2011, voltou a receber, por parte do governo federal, um enfoque nas tradicionais funções de segurança e defesa. Nesse contexto, foram implantados: o Plano Estratégico de Fronteiras (PEF), a Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (Enafron), o Sistema Integrado de Monitoramento das Fronteiras (Sisfron), entre outros (Carneiro Filho; Camara; Pereira, 2020, p. 123).

Antes de abarcar as políticas públicas mais recentes, faz-se necessário uma revisão da construção da agenda securitizada das drogas no Brasil. De acordo com Caroline Cordeiro Viana e Silva (2013) somente a partir de 1940 verifica-se o aparecimento de uma política proibitiva sistematizada em relação às drogas na legislação brasileira. Entretanto, é a partir da criação da Lei de Tóxico em 1976 – primeira política pública brasileira voltada para o enfrentamento do tráfico de drogas - que o tema passa de não politizado para politizado no país (Silva, 2013).

Além disso, Silva (2013) mostra como a CF/88 reitera a politização do tema através do Artigo 5º inciso XLIII que configura o tráfico ilícito de drogas como um crime inafiançável e insuscetível de graça ou anistia, e do Artigo 144 que delimita os órgãos responsáveis pela garantia da segurança pública e que no parágrafo 1º compete à polícia federal a prevenção e repressão do tráfico de entorpecentes e drogas afins, do contrabando e do descaminho (Brasil, 1988).

Consoante a isso, o Decreto nº3.897 de 24 de agosto de 2001, estabelece as diretrizes para o emprego das Forças Armadas na garantia da Lei e da Ordem. No artigo 3º, o Decreto discorre que:

Art. 3º Na hipótese de emprego das Forças Armadas para a garantia da lei e da ordem, objetivando a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, porque esgotados os instrumentos a isso previstos no art. 144 da Constituição, lhes incumbirá, sempre que se faça necessário, desenvolver as ações de polícia ostensiva, como as demais, de natureza preventiva ou repressiva, que se incluem na competência, constitucional e legal, das Polícias Militares, observados os termos e limites impostos, a estas últimas, pelo ordenamento jurídico.

Parágrafo único. Consideram-se esgotados os meios previstos no art. 144 da Constituição, inclusive no que concerne às Polícias Militares, quando, em determinado momento, indisponíveis, inexistentes, ou insuficientes ao desempenho regular de sua missão constitucional. (Brasil, 2001, p. 66)

Ademais, o Artigo 2º do Decreto afirma que cabe ao Presidente da República a decisão da intervenção ou não das Forças Armadas, assim como o Artigo 5º define que esta deverá ser episódica, em área previamente definida e ter a menor duração possível (Brasil, 2001).

Como resultado do Plano Colômbia<sup>4</sup>, a rota do tráfico foi alterada, uma vez que, com o declínio da produção de coca na Colômbia, o Peru e a Bolívia assumiram os papéis de fornecedores suprindo a demanda deixada como resultado da implementação do Plano (Silva, 2013). Nesse viés, Silva (2013) analisa que, após o Plano, os estados do centro-oeste e sul do Brasil, constituíram a nova rota do tráfico de cocaína e, a partir desse período, o Paraguai se torna fornecedor de maconha para o Brasil pois o consumo interno da droga já não era mais suprido pela produção local.

Como resultado dessas novas dinâmicas no transporte de ilícitos, percebe-se um agravamento do tema que leva o Brasil a criar sua primeira política emergencial sobre o tráfico. O Decreto nº 5.144 de 16 de julho de 2004 instaura a chamada Lei do Abate, que concede à Força Aérea Brasileira (FAB) o respaldo legal para derrubar aeronaves hostis ou suspeitas de tráfico de entorpecentes e drogas afins (Brasil, 2004). Para Silva (2013) esta é a lei que marca o início do processo de securitização do tema no Brasil, já que garante uma intervenção estatal frente a uma ameaça à segurança pública.

Não obstante, a criação do Plano Estratégico de Fronteira (PEF) por meio do Decreto nº 7.496, de 08 de junho de 2011 confirma a securitização do tema no Brasil pois materializa a ação imediata e emergencial por parte do governo federal ao envolver as Forças Armadas (Silva, 2013).

O PEF previa “o fortalecimento da prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços e dos delitos praticados na faixa de fronteira brasileira” (BRASIL, 2011, Art. 1º). Como elucida Scherma (2016):

O PEF é uma elaboração em conjunto entre o MD e o MJ. Ele prevê a atuação do MD com as Forças Armadas, a Marinha do Brasil (MB), a Força Aérea Brasileira (FAB) e o EB, enquanto o MJ atua com a Polícia Rodoviária Federal (PRF), a Polícia Federal (PF), e a Força Nacional (FN) (Scherma, 2016, p. 74).

Ainda de acordo com o Decreto nº 7.496, a operacionalidade das ações do PEF seria realizada pelos Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF) e pelo Centro de Operações Conjuntas (COC) (Brasil, 2011, Art. 5º). O GGIF teria como objetivo a integração e articulação das ações da União previstas no Artigo 1º do Decreto com as ações dos estados e municípios, e cada GGIF seria constituído por ato do Governo Estadual e composto pelas autoridades federais e estaduais envolvidas e por representantes dos Gabinetes de Gestão Integrada Municipal da região de fronteira (Brasil, 2011). Por fim, o COC seria composto por

---

<sup>4</sup> Projeto lançado pelo governo colombiano com financiamento dos Estados Unidos que tinha como principal objetivo acabar com as plantações ilegais de cocaína no país latino-americano (Silva, 2013).

representantes de todas as instituições participantes das operações, mediante assinatura de acordo de cooperação, e caberia a ele a integração entre os participantes, o acompanhamento e a coordenação das ações do PEF (Brasil, 2011, Art. 7º).

O PEF prevê dois eixos de atuação na fronteira: a Operação Sentinela e a Operação Ágata (Scherma, 2016). A Operação Sentinela está em execução desde 2010 pelo Ministério da Justiça, é uma operação de caráter permanente e foca em ações de inteligência com o apoio das Forças Armadas. Por sua vez, a Operação Ágata é liderada pelo Ministério da Defesa e possui caráter pontual e temporário, desenvolvida para aumentar a presença e o impacto das forças envolvidas em locais estratégicos da faixa de fronteira. Neste sentido, Silva (2013) expõe:

Especificamente este ponto do Plano Estratégico de Defesa comprova a securitização da ameaça. Avança em relação às leis anteriores caracterizadas como início do processo de securitização ao não só prever a atuação das Forças Armadas quando necessário, mas também por estabelecer uma Operação em si. A Ágata é a real e específica materialização da ameaça por se tratar de uma ação pontual, com prazo para começar, terminar, por ser delimitada espacialmente e ter o caráter de ação imediata para o combate ao tráfico de drogas (Silva, 2013, p. 100).

No âmbito do PEF, foi elaborado a Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON) em 2011, que prevê melhorias na vigilância na Amazônia por meio de patrulhamento aéreo, terrestre e nos rios e canais que separam o Brasil dos países vizinhos (Scherma, 2016). A ENAFRON possui dois objetivos:

promover a articulação dos atores governamentais, das três esferas de governo, no sentido de incentivar e fomentar políticas públicas de segurança, uniformizar entendimentos e ações e otimizar o investimento de recursos públicos nas regiões de fronteira; e enfrentar os ilícitos penais típicos das regiões de fronteira e promover um bloqueio e a desarticulação das atividades de financiamento, planejamento, distribuição e logística do crime organizado e dos crimes transnacionais, cujos efeitos atingem os grandes centros urbanos e a sociedade brasileira com um todo (Brasil, 2011a, s.p.).

Cabe ainda destacar a criação do Projeto de Policiamento Especializado na Fronteira (PEFRON), ainda durante o governo Lula, o qual surgiu de uma iniciativa criada no estado de Mato Grosso, intitulada Grupo Especial de Fronteira (GEFRON), que buscava conectar o policiamento civil e militar no combate aos ilícitos fronteiriços (Carneiro Filho; Camara; Pereira, 2020). O PEFRON contribuiu diretamente para o lançamento do Plano Estratégico de Fronteiras (PEF), contudo, foi encerrado a partir da criação do ENAFRON (Costa, 2017 *apud* Carneiro Filho; Camara; Pereira, 2020).

No que tange à Política Nacional de Defesa (PND), esta é o documento condicionante de mais alto nível do planejamento de ações de defesa nacional coordenadas pelo MD (Brasil, 2005). Inicialmente lançada em 1996 como Política de Defesa Nacional (PDN), o documento passou por uma reformulação em 2005 e outra em 2012, quando foi renomeada. A reformulação feita em 2005 durante o Governo Lula, definiu os conceitos de defesa nacional e segurança (Scherma, 2016). Sendo assim, entende-se que:

- I – Segurança é a condição que permite ao País preservar sua soberania e integridade territorial, promover seus interesses nacionais, livre de pressões e ameaças, e garantir aos cidadãos o exercício de seus direitos e deveres constitucionais;
- II – Defesa Nacional é o conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase no campo militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas (Brasil, 2005, p. 5).

Desta forma, fica claro o enfoque do documento para a Defesa Nacional, uma vez que a Segurança é direcionada para os assuntos internos do Estado (Scherma, 2016). Como mostra Renata Furtado (2015), antes da CF/88, a concepção da faixa de fronteira era voltada à segurança nacional, devido à condução da política de segurança do país pelo Conselho de Segurança Nacional (CSN). A ideia da região fronteira como área de defesa nacional surge com a Constituição de 1988 e ganha força com a criação do Ministério da Defesa em 1999 (Furtado, 2015).

Após o lançamento da segunda PDN, o governo buscou meios para implementá-la de forma efetiva. Dois elementos essenciais para o funcionamento da defesa nacional foram alvo de atenção: a reorganização das Forças Armadas e a reestruturação da indústria nacional de material bélico (Scherma, 2016). Nesse sentido, o governo instituiu a Estratégia Nacional de Defesa (END) em 2008.

A END foi estabelecida como um passo subsequente nesse processo, com o objetivo de consolidar os planos e diretrizes para a defesa nacional. Dentre as diretrizes da END destaca-se a organização das Forças Armadas sob a égide do trinômio monitoramento/controle, mobilidade e presença (Brasil, 2008).

Por fim, o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) soma-se à PND e à END como o documento mais completo sobre as atividades de defesa no país, de modo que busca esclarecer os interesses nacionais no campo de defesa. Ademais, o LBDN também possui o objetivo de fortalecer a cooperação com os países da América do Sul através da possibilidade da criação de uma comunidade de paz e segurança na região que promova soluções pacíficas que levem à eliminação da hipótese de guerra (Brasil, 2012).

Em 2016, o PEF foi revogado pelo então presidente Michel Temer, sendo substituído pelo Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF) através do Decreto nº 8.903. O PPIF possui, no geral, as mesmas diretrizes do PEF, entretanto detalha mais sobre a participação da União nas ações através da criação do Comitê Executivo do PPIF, composto, entre outros, por um representante do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência (GSI), assim como propõe uma integração com o Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN) (Carneiro Filho; Camara; Pereira, 2020).

Diante o exposto neste capítulo, verifica-se a implementação de diversas políticas de defesa acerca das fronteiras no Brasil, dentre elas destaca-se o objeto de estudo deste trabalho, o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON), que surge 2008 como consequência da reformulação da END, mas que a partir de 2011 passa a operar de acordo com as diretrizes do PEF (Carneiro Filho; Camara; Pereira, 2020). O próximo capítulo abarca a criação, implementação e os principais resultados do SISFRON, cujo projeto piloto ficou sob responsabilidade da 4ª Bda C Mec em Dourados.

#### **4 O SISTEMA INTEGRADO DE MONITORAMENTO DE FRONTEIRAS (SISFRON)**

Como visto anteriormente, a região da Grande Dourados se configura como uma região vulnerável ao tráfico de ilícitos devido à sua proximidade com a fronteira paraguaia (Vaz, 2023). Ademais, como visto no segundo capítulo, a criação de uma agenda securitizada referente às drogas no país se deu por meio da implementação de políticas de defesa nas faixas de fronteira.

Nesse sentido, o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON) constitui-se como um dos empreendimentos mais importante no nível de defesa (Hinago; Piurcosky, 2021). Concebido sob responsabilidade do EB, o SISFRON é um sistema integrado de sensoriamento, de apoio à decisão e de emprego operacional, cujo propósito é fortalecer a presença e a capacidade de ação do Estado na faixa de fronteira terrestre (Leite, 2013).

Criado a partir da Portaria nº 44 do Estado-Maior do Exército (EME), de 17 de abril de 2012, o SISFRON é gerenciado pelo Centro de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército (CComGEx) e se configura como um projeto de interesse nacional, não somente de uso exclusivo das Forças Armadas (Balestrim, 2022).

Concebido ao custo global de 12 bilhões de reais em dez anos, o período de implementação do SISFRON seria de 2011 a 2023, de acordo com o estipulado inicialmente pelo Plano de Articulação e Equipamento de Defesa (PAED) (Brasil, 2012).

O SISFRON surgiu das diretrizes da END que orientam a organização da defesa sob a égide do trinômio monitoramento/controle, mobilidade e presença (Leite, 2013). O Projeto foi concebido com o propósito de viabilizar a coleta, armazenamento, organização, processamento e distribuição dos dados essenciais para a gestão das operações governamentais voltadas à vigilância contínua de áreas geográficas de interesse do território nacional (Barbosa, 2014).

Além disso, o respaldo legal do SISFRON se encontra na Constituição Federal nos Artigos 142 e 144 e nas Leis Complementares nº 97/1999, nº 117/2004 e nº 136/2010 que legitimam ações de monitoramento, prevenção e repressão na faixa de fronteira brasileira (Andrade *et al.*, 2019). O SISFRON também se encaixa nas diretrizes da END no que tange à reestruturação da Base Industrial de Defesa (BID), e ao PEF em relação à ação integrada dos

órgãos de segurança pública e das Forças Armadas (Landim, 2015). Segundo Balestrim (2022):

Por fim, o SISFRON foi concebido de forma a atender aos objetivos da PND e END relacionados às fronteiras, segurança e tecnologia. Está alinhado com o PPF, promovendo a integração entre agências por meio do compartilhamento dos seus produtos e serviços com outros órgãos governamentais em todos os níveis (Balestrim, 2022, p. 64).

De acordo com Campos (2015, *apud* Balestrim, 2022), os principais objetivos do Projeto são: (i) oferecer meios para o monitoramento e controle efetivo nas áreas fronteiriças do país; (ii) aumentar a presença do Estado na faixa de fronteira; (iii) fornecer infraestrutura adequadas ao ciclo de comando e controle (C2) em todos os escalões; (iv) aumentar a consciência situacional da região fronteiriça; (v) preparar a força terrestre para conflitos centrados em redes e em ambientes tecnológicos; (vi) fortalecer a Base Industrial de Defesa (BID); (vii) proporcionar desenvolvimento social e econômico na região de fronteira; (viii) estimular a cooperação com os países fronteiriços nas áreas de segurança e defesa civil; (ix) potencializar as operações interagências.

Em relação à cooperação conjuntas, cabe enfatizar que o SISFRON emprega uma tecnologia dual, o que permite a realização de ações tanto no âmbito da defesa nacional, em colaboração com as demais Forças Armadas, quanto em operações interagências envolvendo órgãos de segurança pública (Vaz, 2023).

Não obstante, como evidencia Raza *et al.* (2010 *apud* Espósito Neto; Franchi, 2021), o SISFRON possui papel central nas operações de não-guerra e de segurança integrada, na medida que potencializa a repressão às drogas, possibilita a reorganização das Forças Armadas e das demais agências de segurança e inteligência, além de colaborar para a criação de tecnologia dual na BID.

Como forma de garantir seu funcionamento pleno, o SISFRON foi subdividido em 7 subsistemas, sendo eles: Sensoriamento; Apoio à Decisão; Atuação; Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC), Segurança da Informação e Comunicações (SIC); Simulação e Capacitação; e Logística (Leite, 2013).

Segundo Balestrim (2022), os subsistemas agem em prol das três esferas de poder da União e produzem informações seguras através da captação e processamento de dados obtidos no monitoramento da faixa de fronteira, o que garante papel central no combate aos ilícitos na região. Conforme Barbosa (2014):

Resumidamente, entende-se que o Subsistema de Sensoriamento captura os dados e informações sobre o ambiente de interesse e os encaminha para o Subsistema de Apoio à Decisão, ocorrendo a associação de dados e informações de múltiplas fontes a fim de consolidar as informações disponíveis e gerar o conhecimento (inteligência). O conhecimento será utilizado como subsídio para o estabelecimento da situação e seleção da linha de ação, implementação da linha de ação selecionada e no apoio ao planejamento das missões. Da mesma forma, os resultados serão observados, realimentando o processo (Barbosa, 2014, p. 69).

FIGURA 6 – ESQUEMATIZAÇÃO DOS SUBSISTEMAS DO SIFRON



Fonte: Projeto Básico SISFRON *apud* Barbosa (2014)

O Subsistema de Sensoriamento desempenha a função de prover os recursos necessários para as atividades de sensoriamento especializado, que suportam as operações de Vigilância, Reconhecimento e Monitoramento, visando a aquisição de dados para o ciclo de Inteligência. Os meios de sensoriamento englobam radares de vigilância aérea e terrestre, radares e estações meteorológicas, sensores ópticos e dispositivos para detecção de sinais eletromagnéticos (Leite, 2013).

Já o Subsistema de Apoio à Decisão (SAD) fornece as ferramentas essenciais para a consolidação, armazenamento e processamento de dados e informações provenientes do Subsistema de Sensoriamento e das diversas fontes de dados associadas ao SISFRON, abrangendo tanto fontes internas quanto externas ao EB (Barbosa, 2014). Esse subsistema permite que o decisor tenha consciência situacional integrada ao restante da operação, para

que escolha a melhor linha de ação, elabore seu planejamento e o distribua aos responsáveis para execução (Leite, 2013).

No que tange ao Subsistema de Atuação, este inclui plataformas e meios necessários para fornecer apoio ao combatente e para gerar uma resposta rápida, sempre em sinergia com as plataformas e meios dos demais órgãos (Leite, 2013). Acerca do Subsistema de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC), Leite (2013) explica:

inclui todos os meios para possibilitar o tráfego de informações táticas e estratégicas entre os componentes do SISFRON e entre este e sistemas correlatos. No escopo das comunicações estratégicas prevê-se a implantação de um satélite geoestacionário de comunicações nacional. Sua infraestrutura de comunicações possuirá redes de comunicação de dados e voz, visando à integração dos diversos órgãos envolvidos e à disseminação de informações pertinentes às funções e atribuições de cada parte do sistema, de forma contínua, sem interrupções, esteja ela fixa ou em movimento. Utiliza enlaces diretos entre estações terrestres, aéreas e espaciais. Os meios de comunicação entre órgãos governamentais são redundantes e seguros para manter o sigilo das informações trafegadas, incluindo as operacionais, administrativas e logísticas (Leite, 2013, p. 31-32).

Ainda de acordo com Leite (2013), o Subsistema de Segurança de Informações e Comunicações (SIC) garante todos os meios para a comunicação segura e a proteção de ataques cibernéticos no SISFRON. Ademais, o autor discorre sobre o Subsistema de Simulação e Capacitação, que é responsável por formar e capacitar operadores do Sistema. Por fim, o Subsistema Logístico destina-se ao apoio do funcionamento do SISFRON, e inclui meios de monitoramento dos outros subsistemas e proporciona a infraestrutura necessária para o Suprimento, Transporte e Manutenção (Leite, 2013).

#### 4.1 O PROJETO PILOTO E SEUS RESULTADOS

O Projeto Piloto do SISFRON iniciou-se pelo Comando Militar do Oeste (CMO), que engloba os estados do Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. O CMO dispõe de três brigadas: 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, em Dourados-MS, a 13ª Brigada de Infantaria Motorizada, com sede em Cuiabá-MT e a 18ª Brigada de Infantaria Motorizada, em Corumbá-MS (Leite, 2013).

Conforme explicado, as cidades do Mato Grosso do Sul em faixa de fronteira possuem um alto índice de violência devido às dinâmicas do narcotráfico, da atuação de organizações criminosas na região, e também pela falta de políticas públicas que promovam o desenvolvimento local efetivo.

Nesse sentido, Santos (2019 *apud* Balestrim, 2022) explica que os motivos que levaram a escolha da área de atuação da 4ª Bda C Mec para receber o Projeto Piloto do SISFRON foram o histórico de crimes transnacionais na fronteira Brasil-Paraguai, a dificuldade do controle das estradas na região e o terreno plano com vegetação diversificada, propício para a utilização dos meios de monitoramento do Projeto em nível experimental.

Não obstante, a 4ª Bda C Mec foi selecionada por ser uma Brigada completa, com Organização Militar de Logística, Comunicações, de manobra e de apoio (Balestrim, 2022). Para mais, sua localização é próxima do o estado de São Paulo, onde se concentram os principais fornecedores dos equipamentos usados no SISFRON, além da proximidade com a tríplice fronteira no estado do Paraná (Serpa, 2020 *apud* Balestrim, 2022).

Conforme Balestrim *et al* (2022):

Atualmente, a 4ª Bda C Mec é constituída pelo Comando da 4ª Bda C Mec, Esquadrão de Comando, 4º Pelotão de Polícia do Exército, 28º Batalhão Logístico, 14ª Companhia de Comunicações Mecanizada, 4ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada, 3ª Bateria Antiaérea, 9º Grupo de Artilharia de Campanha, 10º Regimento de Cavalaria Mecanizado, 11º Regimento de Cavalaria Mecanizado, 17º Regimento de Cavalaria Mecanizado e 20º Regimento de Cavalaria Blindado [...] A 4ª Bda C Mec possui 12 (doze) Organizações Militares, em 11 (onze) municípios do Mato Grosso do Sul, sendo 09 (nove) na região fronteira, totalizando um efetivo aproximado de 3.667 (três mil seiscentos e sessenta e sete) militares na faixa de fronteira (Balestrim *et al*, 2022, p. 93).

A implementação do Projeto Piloto foi fundamental para o aprimoramento do SISFRON nas fases futuras, como forma de garantir a efetividade do projeto. Nesse sentido entende-se que:

O Projeto Piloto servirá como laboratório de experimentação das concepções e decisões de projeto, identificando as necessidades de evolução em aspectos como: organizacional, de procedimentos e formação dos recursos humanos, dentre outros. (Atech, 2011a, p.29 *apud* Hinago; Piurcosky, 2021, p. 293)

Diante o exposto no capítulo sobre a implementação e operacionalidade do SISFRON, aponta-se a seguir as contribuições do Projeto Piloto na região da Grande Dourados para a construção de uma segurança integrada e para a repressão aos ilícitos transnacionais no Arco Central.

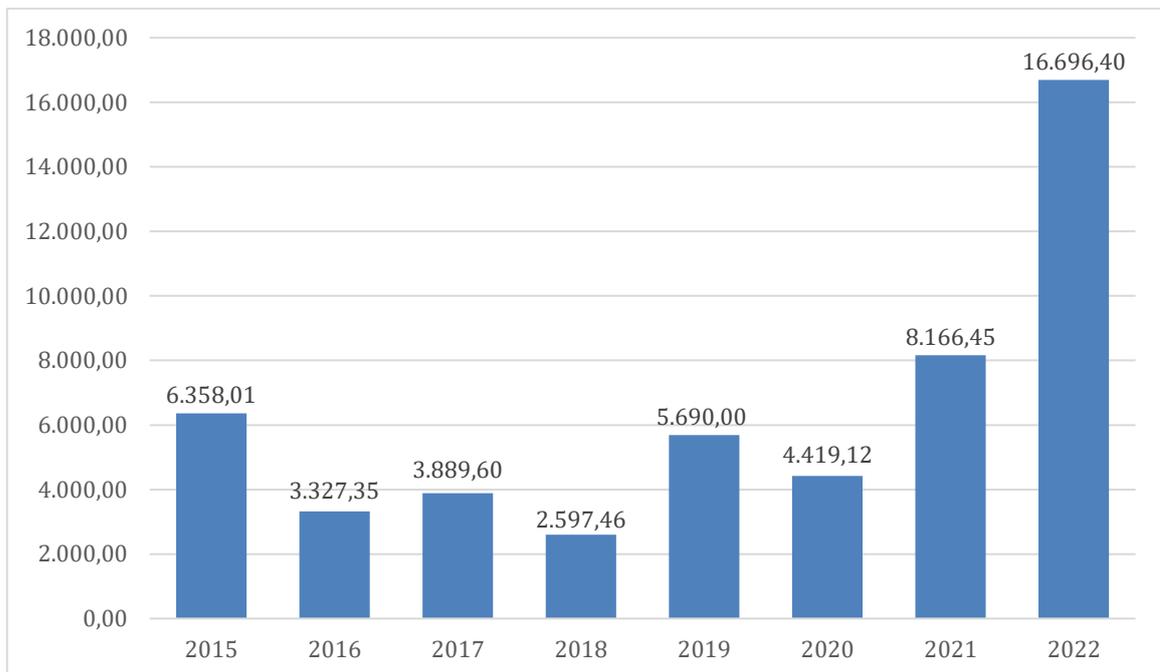
Entre as principais características do SISFRON, destaca-se a interoperabilidade entre as Forças Armadas e outros órgãos públicos, que visa a cooperação a partir de ações voltadas

para a defesa nacional e a segurança pública e à integração entre diferentes órgãos, por meio da troca e compartilhamento de informações (Andrade *et al.*, 2019).

Como apresentado no capítulo 2, o PEF prevê a atuação do integrada dos órgãos de segurança pública com as Forças Armadas. Posteriormente revogado, o PEF foi substituído pelo PPIF, que, no geral possui as mesmas diretrizes do PEF, mas que institucionaliza as ações conjuntas interagências através da criação de um Comitê Executivo.

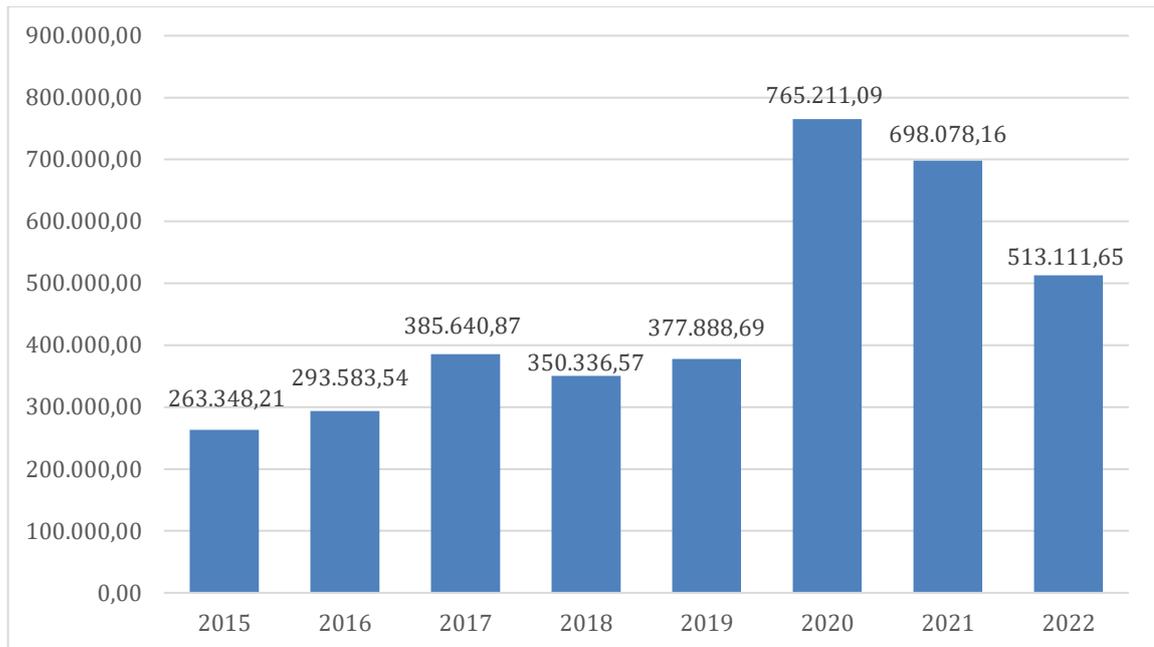
Nesse sentido, pode-se assim, associar o aumento nos níveis de apreensão de drogas no estado do Mato Grosso do Sul após a implementação do Projeto com o incentivo ao compartilhamento de dados e informações gerado pelo SISFRON. Nos gráficos abaixo pode-se constatar o aumento da apreensão de cocaína e maconha nos últimos oito anos no Mato Grosso do Sul.

**GRÁFICO 1 - APREENSÃO EM KG DE COCAÍNA POR ANO NO MATO GROSSO DO SUL (2015-2022)**



Fonte: Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP/MS)

GRÁFICO 2 - APREENSÃO EM KG DE MACONHA POR ANO NO MATO GROSSO DO SUL (2015-2022)



Fonte: Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP/MS)

Em relação à apreensão de armas de fogo no estado, dados do SEJUSP (2023) mostram que em 2020 foram apreendidas 1.639 armas, em 2021 1.702 armas e em 2022 1.560 armas foram retiradas de circulação.

Nesse sentido, com base nos dados apresentados acima, infere-se que o SISFRON promoveu a repressão dos crimes transnacionais, em especial o tráfico de drogas, e como consequência, reduziu os custos da violência. De acordo com o relatório “Custos Econômicos da Criminalidade no Brasil” realizado pela Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República em 2018:

Os custos econômicos da criminalidade cresceram de forma substancial entre 1996 e 2015, de cerca de 113 bilhões de reais para 285 bilhões de reais. Isso equivale a um incremento real médio de cerca de 4,5% ao ano. Em 2015, os componentes, em ordem de relevância eram: segurança pública (1,35% do PIB); segurança privada (0,94% do PIB); seguros e perdas materiais (0,8% do PIB); custos judiciais (0,58% do PIB); perda de capacidade produtiva (0,40% do PIB); encarceramento (0,26% do PIB); e custos dos serviços médicos e terapêuticos (0,05% do PIB), alcançando um total de 4,38% da renda nacional (Brasil, 2018, p. 9-10).

Nesse viés, Rodrigues (2020, p. 41 *apud* Espósito Neto; Franchi, 2021, p. 467) exemplifica: “Se o SISFRON reduzir este custo em 3,5% por meio do melhor controle das fronteiras, ele se paga em UM ANO”.

Além disso, em relação ao desenvolvimento econômico, o SISFRON tem colaborado para a geração de renda e emprego nas áreas de atuação da 4ª Bda C Mec (Balestrim *et al*, 2022). Conforme a análise realizada, aproximadamente 2.731 empregos são gerados na região, representando uma média de 8,52% da população empregada nos municípios que sediam Organizações Militares (OM) da 4ª Bda C Mec, com ênfase nas cidades de Bela Vista e Nioaque, onde os militares correspondem a cerca de 20% da população empregada (Balestrim *et al*, 2022).

Consoante a isso, conforme analisado por Balestrim *et al*, 2022:

o PIB dos municípios fronteiriços, sede das OM da 4ª Bda C Mec, é entorno de R\$ 1.551.172.330,00 (um bilhão quinhentos e cinquenta e um milhões cento e setenta e dois mil e trezentos e trinta), e a receita gerada pelas OM da 4ª Bda C Mec nessas cidades é de R\$ 30.388.608,44 (trinta milhões trezentos e oitenta e oito mil seiscentos e oito e quarenta e quatro centavos), valor composto pelo soldo dos militares e pelos gastos das OM da 4ª Bda C Mec, o que corresponde aproximadamente a 2% do PIB dos municípios. Isso sem considerar investimentos do governo federal em grandes projetos, como o SISFRON, que segundo Espósito (2021, p. 465) tem por um dos objetivos “promover o desenvolvimento socioeconômico na faixa de fronteira e na reforma do aeroporto da cidade de Dourados, orçados em cerca de 1 (um) bilhão e 20 (vinte) milhões de reais, respectivamente (Balestrim *et al*, 2022, p. 101).

Não obstante, destaca-se o papel da 4ª Bda C Mec na oferta de emprego para jovens naturais dos municípios fronteiriços como forma de reduzir o número de jovens aliciados pelas organizações criminosas (Balestrim *et al*, 2022).

Cerca de 2.731 (dois mil setecentos e trinta e um) são jovens “locais” nas graduações de cabo e soldado, destes, aproximadamente 770 (setecentos e setenta) compõe o núcleo variável das OM, que é renovado anualmente, configurando 7,4% da população jovem (entre 15 e 19 anos) masculina dos municípios da área sob responsabilidade da 4ª Bda C Mec (IBGE, 2021), que prestarão o serviço militar (Balestrim *et al*, 2022, p. 99).

De acordo com o site do Escritório de Projetos do Exército Brasileiro (EPEX) (2023), o SISFRON realiza entregas desde 2010. Destaca-se em 2021, a implementação de 100% do Projeto Piloto (4ª Bda C Mec) no Estado do Mato Grosso do Sul. Esses feitos podem ser vistos no quadro abaixo:

QUADRO 1 – PRINCIPAIS ENTREGAS DO SISFRON (2010-2023)

ANO	PRINCIPAIS ENTREGAS
2010	- Contratação de empresa para realização do Projeto Básico.

2011	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Entrega do Projeto Básico do SISFRON pela empresa contratada.</li> <li>- Início dos estudos para contratação de uma empresa integradora para condução dos trabalhos técnicos necessários</li> </ul>
2012	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Contratação do consócio TEPRO, constituído pelas empresas de defesa SAVIS e ORBISAT, que realizará a implantação do sistema, por meio do processo de empreitada integral.</li> </ul>
2013	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Início da implantação do 9º B ComGE em Campo Grande-MS</li> <li>- Reestruturação do destacamento de Caracol do 10º RCMec, em consonância com os indicadores estratégicos do EB</li> <li>- Construção do Centro de Operações do CMO</li> <li>- Início dos estudos, projeto e obra do Centro Regional de Monitoramento (CRM) do CMO</li> <li>- Compra de optrônicos, rádios e meios de apoio aos atuadores, permitindo aumentar a coordenação e controle, bem como a mobilidade das tropas na faixa lindeira.</li> </ul>
2014	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Entrega de cerca de 35% do Sistema de Apoio à Decisão do Projeto Piloto.</li> <li>- Adequação das infraestruturas de diversas organizações militares de situadas na faixa de fronteira.</li> <li>- Início da Construção do 9º Batalhão de Comunicações e Guerra Eletrônica.</li> <li>- Aquisição de viaturas de apoio à atuação.</li> </ul>
2015	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Entrega de cerca de 50% do Sistema de Apoio à Decisão do Projeto Piloto.</li> <li>- Adequação das infraestruturas de diversas organizações militares de situadas na faixa de fronteira.</li> <li>- Construção dos Centros de Operações do 9º GAC, 10º RCMec, 11º RCMec e 17º RCMec.</li> <li>- Conclusão do pavilhão “H” do pelotão especial de fronteira de Caracol.</li> <li>- Aquisição de módulos de abastecimento para OM isoladas, embarcações tipo <i>ferry boat</i> para o Centro-Oeste e a Região Amazônica, balsas frigorificadas e viaturas e equipamentos de apoio.</li> </ul>
2016	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Entrega de cerca de 60% do Sistema de Apoio à Decisão do Projeto Piloto.</li> <li>- Construção dos paióis do 17º RC Mec.</li> <li>- Entrega de embarcações logísticas, de transporte e empurradores para unidades da Região Amazônica.</li> </ul>
2017	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Entrega de cerca de 75% do Sistema de Apoio à Decisão do Projeto Piloto.</li> <li>- Conclusão do 6º Batalhão de Inteligência Militar em Campo Grande.</li> <li>- Conclusão do Centro de Monitoramento de Fronteiras em Brasília.</li> </ul>

	<p>– Licitação e contratação de aquisição de equipamentos de engenharia e de outras viaturas especializadas para a região do Paraná e da Amazônia.</p>
2018	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Transferência do NOC (Network Operational Center) de Campinas para Campo Grande em 2018.</li> <li>- Entrega de 80 % do Sistema de Apoio a Decisão em 2018.</li> <li>- Conclusão e ativação de todas as torres da Infovia da 4ª Bda C Mec.</li> <li>- Entrega de veículos e materiais para a necessária logística operacional em campanha (cavalo mecânico, ambulância, tratores de esteiras, retroescavadeiras, motoniveladoras, módulos de abastecimento de combustível, viaturas cisternas- água e combustível, poitas e material de apoio à atracção e navegação fluvial).</li> <li>- Em relação a obras de engenharia, foram entregues: o Pavilhão de Comando do 9º B Com GE e o 6º Batalhão de Inteligência Militar.</li> </ul>
2019	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Entrega de 88% do SAD em 2019.</li> <li>- Entrega de mais de 90% do Sistema de Comunicações Táticas em 2019.</li> <li>- Entrega de todos os binóculos termais multifuncionais (BTM).</li> <li>- Entrega de balsas fluviais carga geral e frigorificada 800 Ton, material de saúde operacional, tratores de esteiras, retroescavadeiras e motocicletas trail operacional, contribuindo para o incremento da logística operacional em campanha.</li> <li>- Em relação a obras de engenharia, foram entregues: o Centro de Operações do Cmdo da 5ª Divisão de Exército; o Centro de Comando e Controle Fixo do 34º Batalhão de Infantaria Mecanizado e o Pavilhão Alojamento da 15ª Companhia de Comunicações Mecanizada.</li> </ul>
2020	<ul style="list-style-type: none"> <li>- 98,5% do projeto piloto do SISFRON no Estado do Mato do Grosso do Sul implantado (inclui entregas de torres da infovia, radares e terminais leves/satelitais);</li> <li>- Licitação e aquisição de equipamentos de engenharia, de viaturas especializadas e de embarcações para organizações militares dos Estados de MT, MS, PR, SC e da Região Amazônica;</li> <li>- 38 (trinta e oito) obras de infraestruturas e adequações nas Organizações Militares nos Estados do PR, MS e MT;</li> <li>- Planejamento da implantação das 2ª e 3ª Fases do Programa SISFRON (13ª Brigada de infantaria Mtz e 18ª Brigada de Infantaria Fron/Comando Militar do Oeste; 5ª Divisão de Exército/Comando Militar do Sul;</li> <li>- Prosseguimento da implantação dos Módulos Especiais de Fronteira na área do Comando</li> </ul>

	<p>Militar da Amazônia; e</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Início da implantação do SISFRON na 13ª Bda Inf Mtz (MT) e na 18ª Bda Inf Fron (MS), ambas integrantes do Comando Militar do Oeste.</li> </ul>
2021	<ul style="list-style-type: none"> <li>- 100% do Projeto Piloto do SISFRON (4ª Bda C Mec) no Estado do Mato Grosso do Sul implantado;</li> <li>- Prosseguimento da implantação dos Módulos Especiais de Fronteira na área do Comando Militar da Amazônia;</li> <li>- Prosseguimento da implantação do SISFRON na 13ª Bda Inf Mtz (MT) e na 18ª Bda Inf Fron (MS);</li> <li>- Planejamento da implantação do SISFRON nos estados do Paraná e Santa Catarina, no âmbito da 5ª Divisão do Exército, no Comando Militar do Sul; e</li> <li>- Início da Implantação do SISFRON no estado de Roraima, no âmbito do Comando Militar da Amazônia.</li> <li>- Entrega de oprônicos e rede integrada de comunicações de alta frequência - RICH para os PEF (*2) (2ª Bda Inf SI – SGC; e 16ª Bda Inf SI – Tefé).</li> <li>- Balsa de 400 Ton “Yahweh”, da 16ª BaLog – Tefé.</li> <li>- Pavilhão do Centro de Operações (COP) da 17ª Brigada de Infantaria de Selva.</li> </ul>
2022	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Rede de Transporte de Dados interligando os estados de MT e MS.</li> <li>- Sistema de Radiocomunicação Digital Troncalizado (SRDT) e de sensores eletromagnéticos nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.</li> <li>- Equipamentos de Comunicações Táticas e do SRDT para mobiliar a 13ª Bda Inf Mtz (Cuiabá-MT), a 18ª Bda Inf Pan (Corumbá-MS) e a 1ª Bda Inf SI (Boa Vista-RR).</li> <li>- Término da entrega dos 486 óculos de visão noturna, 17 binóculos termais e 4 binóculos termais compactos em Manaus-AM.</li> <li>- Rede Integrada de Comunicações em HF (RICH) instalada nas cidades de Manaus-AM, Porto Velho-RO, Rio Branco-AC, Tefé-AM e Boa Vista-RR.</li> <li>- Aquisição de 109 viaturas para o Projeto SAD 2 e para a aquisição emergencial para a 1ª Bda Inf SI (Boa Vista-RR).</li> <li>- 2 embarcações tipo ambulância para o 17º B Fron (Corumbá-MS) e 1 embarcação tipo ambulância para a 2ª Cia Fron (Porto Murtinho-MS).</li> <li>- 1 empurrador fluvial, 1 balsa de 300 T e 1 balsa de 800 T para 8º BEC (Santarém-PA).</li> <li>- 25 obras nos Pelotões Especiais de Fronteira (PEF).</li> <li>- 4 obras de infraestrutura para o RICH.</li> </ul>

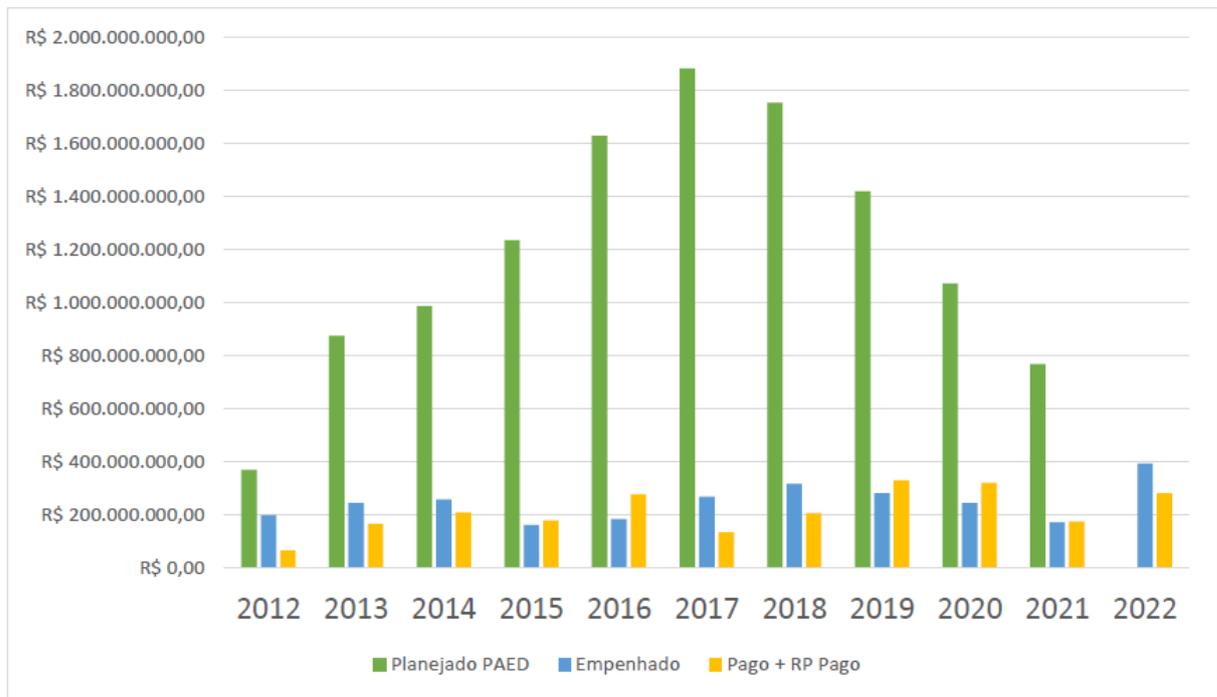
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Centro de Comando e Controle do 14° RC Mec (São Miguel do Oeste-SC).</li> <li>- Centro de Comando e Controle do 66° BI Mtz (Cáceres-MT).</li> <li>- Planta Fotovoltaica no PEF de Palmarito – 66° BI Mtz (Cáceres-MT).</li> <li>- Pátio de Estacionamento de Aeronaves do 4° BAvEx (Manaus-AM).</li> <li>- 4 geradores de energia de 10/11 KVA para o 9° B Com GE (Campo Grande-MS).</li> <li>- 01 SARP Categoria 2.</li> <li>- Serviços diversos do SAD 2 (Sistema de Sensoriamento e Apoio a Decisão - Área do Comando Militar do Oeste) - Contrato 27/2012.</li> <li>- Equipamentos diversos do SAD 2 - Contrato 27/2012.</li> <li>- Obras diversas do SAD 2 - Contrato 27/2012.</li> <li>- Obras diversas em áreas de interesse do SISFRON: Palmarito, Guaporé, Campo Grande, Querarí, Cucuí, São Joaquim, Pari- Cachoeira, Maturacá, Manaus, Jaurú, São Miguel do Oeste, Cáceres e Corumbá.</li> <li>- 02 Ambulancha, 03 Ferryboat, 01 Balsa 300 Ton, 01 Balsa 800 Ton, 01 Empurrador Baixo Calado A2, 01 Empurrador Baixo Calado 700 HP, 01 Embarcação Rebocadora.</li> <li>- 05 Container Cap 200 Kg.</li> <li>- 77 Viaturas Operacionais Categoria 1 - Agrale Marruá.</li> <li>- 05 Gerador Energia, potência máxima 5,5 KVA.</li> <li>- 433 Eqp Rádio Portátil.</li> <li>- 06 Eqp Rádio Motorola.</li> </ul>
2023	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Entrega de 109 viaturas operacionais;</li> <li>- Um dique flutuante para a 16" BaLog SI;</li> <li>- Um Ferryboat de 140 Ton para a 16" BaLog SI;</li> <li>- Ferryboat para o 17° BFron;</li> <li>- Ferryboat para a 2ª Cia Fron;</li> <li>- Dois ferryboat para o CECMA;</li> <li>- Dois ferryboat para o CECMA;</li> <li>- Estação de Tratamento de Esgoto do PEF Barranco Branco (2ª Cia Fron);</li> <li>- Adequações em 9 (nove) PNR do PEF de Corixa (2°BFron/66°BIMtz);</li> <li>- Adequação do Aloj Gda/ Aloj Cmt Gda/ Dep Mat Control do PEF Corixa (66°BIMtz);</li> <li>- Adequação do PC do Cmt, PC do SCmt, Sargenteação, Sala Rádio, Sala de Meios e Res de Armt do PEF Corixa (66°BIMtz);</li> <li>- Adequação da Sala de Interagências do PEF de Corixa (66° BIMtz);</li> </ul>

- |  |
|--|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>- Adequação do Pav Cmdo do 1° PEF - Yauaretê (Cmdo Fron Rio Negro / 5° BIS);</li> <li>- Adequação do Pavilhão de Cmdo do 3° PEF - São Joaquim (Cmdo fron Rio Negro - 5° BIS);</li> <li>- Adequação do Pavilhão de Cmdo do 2° PEF - Querari (Cmdo fron Rio Negro - 5° BIS);</li> <li>- Construção do Módulo de abastecimento com capacidade de 5.0001 do PEF de Corixa (2°BFron);</li> <li>- Adequação de um PNR do PEF Guaporé / (2° BFron);</li> <li>- Conclusão da capacitação de pilotos do SARP Cat 2 Nauru 1000;</li> <li>- Entrega dos óculos de visão noturna panorâmica nas OM contempladas;</li> <li>- Contratação de seis obras da 18" Bda Inf Pan; e</li> <li>- Entrega de vinte e cinco obras nas áreas do SADI, SAD2 e SAD3A.</li> <li>- Um equipamento de tratamento de água embarcado no Ferryboat para 2ª Cia Fron (Porto Murtinho - MS)</li> </ul> |
|--|

Fonte: EPEX (2023)

Em relação ao orçamento do sistema, apesar de ter sido concebido ao custo global de 12 bilhões, pode-se perceber instabilidades no cumprimento do calendário de execução orçamentária (Oliveira, 2023). Como mostra Oliveira (2023), em 2012, ano da primeira execução orçamentária do programa, o valor planejado era de R\$ 367.890.000,00, entretanto menos de R\$ 200 milhões foram empenhados. Oliveira (2023) analisa que, desde 2012, o programa recebeu um total de R\$ 2.704.629.075,00, o equivalente a 22% do valor global do programa.

GRÁFICO 3 - ORÇAMENTO PLANEJADO VS ORÇAMENTO REALIZADO PARA O SISFRON



Fonte: Oliveira (2023)

Em relação aos planos plurianuais (PPA), o SISFRON perdeu prioridade ao longo dos anos (Oliveira, 2023). Em análise feita, no PPA 2012-2015, primeiro em que o programa foi listado, foi estipulado a meta de estruturação de 20%, entretanto, ao final, apenas 7,07% foi estruturado (Oliveira, 2023). No PPA 2016-2019, a meta era concluir 100% da implementação no Mato Grosso do Sul e 11% no Acre, Mato Grosso, Rondônia, Paraná e Santa Catarina. Ao final, os resultados foram de 97% de implementação no MS, 2,8% nos outros Estados e 12,6% do total do programa. Por fim, no PPA em vigor (2020-2023), o SISFRON não aparece como prioridade nos programas de Defesa Nacional (Oliveira, 2023).

Oliveira (2023) afirma que o SISFRON é um programa de grande relevância para o país, para a Defesa Nacional e para a Segurança da faixa de fronteira. E que, as aquisições previstas no escopo do projeto, ainda que em níveis menores ao esperado, contribui para a modernização do EB.

Assim sendo, o EPEX [s.d.] afirma que o Projeto tem contribuído para o aumento da capacidade tecnológica da BID a partir da aquisição de itens de alto valor agregado e com a diversificação da pauta de exportação nacional, o que contribui para a geração de empregos nos setores de tecnologia e infraestrutura. Ademais, Andrade *et al.* (2019) destaca:

O desenvolvimento e a implementação do SISFRON trazem uma série de benefícios nas mais diversas áreas, principalmente em defesa externa, fortalecimento da indústria de defesa, apoio às operações interagências e geração de empregos de elevada capacitação técnica. Destacam-se, nesse sentido, a produção de conteúdo nacional de caráter dual, o fomento à transferência de tecnologia e o aumento da nacionalização e da capacitação de pessoal. Na esfera política, o SISFRON se apresenta como instrumento de política exterior voltado à integração regional, promovendo a cooperação técnica e militar entre o Brasil e seus vizinhos, além de consolidar a imagem do país perante a comunidade internacional (Andrade *et al.*, 2019, p. 27-28).

Em relação as outras contribuições do projeto, o SISFRON permite a ampliação da diplomacia militar por meio da cooperação entre os exércitos vizinhos em operações conjuntas contra os crimes transfronteiriços ou através do intercâmbio de informações entre eles (Espósito Neto; Franchi, 2021). Como afirma Landim 2015:

Assim, o SISFRON pode ser considerado como futura ferramenta de ampliação da diplomacia militar, pois as atividades a serem desenvolvidas pelo sistema facilitarão a obtenção dos principais objetivos desse vetor da diplomacia – a promoção da confiança mútua e a aproximação entre Estados por meio da cooperação militar, potencializando a interação internacional, consolidando a manutenção da paz e, conseqüentemente, auxiliando no fortalecimento da segurança internacional, especificamente a do entorno regional (Landim, 2015, p. 142).

Nesse sentido, o SISFRON pode se tornar ferramenta importante para o fortalecimento do Conselho de Defesa Sul-americano (CDS) à medida que permite a cooperação e aumenta a influência do Brasil com países vizinhos, o que configura o emprego do poder militar em sua forma branda (*soft power*) (Landim, 2015).

A utilização do poder brando, baseado em atração e influência de forma cooperativa e coordenada por um Estado em relação a outro, pode ser realizada por meio da diplomacia militar. Esta, compreende um conjunto de atividades e iniciativas realizadas pelas FA concomitante com as ações da diplomacia convencional, principalmente em relação aos exércitos estrangeiros durante períodos de paz (SACHAR, 2003; SINGH, 2011 *apud* Landim, 2015).

Ademais, em 2016 foi estabelecido o Mecanismo 2+2 de Consulta e Avaliação Estratégica entre os Ministérios da Defesa e das Relações Exteriores do Brasil e do Paraguai com intuito de fortalecer a cooperação bilateral nos temas de defesa e segurança entre os dois países (Brasil, 2016a; Espósito Neto; Franchi, 2021). Além disso, percebe-se o aumento da cooperação regional por meio de reuniões bilaterais e multilaterais sobre os ilícitos transnacionais, como a Comissão Mista Brasil-Paraguai sobre Drogas e Temas Conexos e a

Reunião Ministerial do Cone Sul sobre a Segurança nas Fronteiras, ambas ocorridas em 2017 (Espósito Neto; Franchi, 2021).

Igualmente, destaca-se a Operação Nova Aliança realizada em cooperação com a PF e a Secretaria Nacional Antidrogas do Paraguai (SENAD/PY). Criada em 2010, a Operação Nova Aliança visa combater o narcotráfico por meio da destruição de plantações ilegal de maconha (Brasil, 2023).

Atualmente, a parceria está em sua 40ª fase e se desponta como a maior operação policial de erradicação de maconha no mundo (Brasil, 2023). Nos anos de 2018 a 2023, 22 Operações foram concluídas, totalizando 5.659 hectares de plantação ilícitas destruídas, que representa cerca de 17 mil toneladas da droga retiradas de circulação e um prejuízo de, no mínimo, 510 milhões de dólares para o narcotráfico (Brasil, 2023a).

Ainda em relação à cooperação bilateral BR-PY, durante a visita oficial do Diretor Geral da PF e do Ministro da Justiça e Segurança Pública ao Paraguai em outubro de 2023, foram lançados o Compromisso de Assunção Contra a Corrupção e o Crime Organizado e o Acordo de Migração entre a PF e a Direção de Migraciones do Paraguai (Brasil, 2023b).

O Compromisso de Assunção Contra a Corrupção e o Crime Organizado têm como intuito combater o tráfico internacional de armas, a lavagem de dinheiro e a corrupção (Brasil, 2023b). Já o Acordo de Migração busca “estabelecer mecanismos coordenados de consulta, verificação e troca de informações para fins migratórios, tendentes a facilitar a mobilidade de pessoas entre seus respectivos territórios e fortalecer a cooperação para a prevenção e combate aos crimes transnacionais” (Brasil, 2023b).

Sendo assim, verifica-se um aumento na cooperação bilateral entre os dois países nos temas de defesa e segurança e do uso da diplomacia militar desde a criação do SISFRON. A Operação Nova Aliança se destaca pela efetividade demonstrada a partir dos números apresentados. Assim como, representa um avanço na parceria policial internacional em relação à erradicação de plantios ilegais de maconha.

Quanto à interoperabilidade, esta é coordenada por meio dos Centro de Operações do CMO, do Comando da 4ªBda C Mec e dos Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras (GGIFron), existentes nos níveis estadual e municipal (Rodrigues, 2019 *apud* Balestrim, 2022).

Entretanto, mesmo que o SISFRON tenha sido concebido com a proposta de promover a comunicação interagências, na prática ainda existe uma baixa interação entre elas devido à falta de uma governança a nível estratégico do Governo Federal (Rodriguez; Vaz, 2021). Em

pesquisa feita pelos autores com militares e agentes de diferentes agências federais e estaduais envolvidos no Projeto, Rodriguez e Vaz (2021) analisam as respostas dos participantes sobre o engajamento interagências promovidos pelo SISFRON.

Constata-se na pesquisa que há uma falta de mapeamento eficiente das principais agências a serem envolvidas, isto devido à uma deficiência na articulação institucional do Exército Brasileiro, na estrutura do SISFRON. Ainda, verifica-se que carece, no âmbito do Projeto, um espaço mais estruturado para promoção do diálogo com as agências, pois muitas delas desconhecem dos benefícios do SISFRON (Rodriguez; Vaz, 2021).

Nesse contexto, percebe-se que existe uma desconfiança entre os diferentes órgãos, o que dificulta o compartilhamento de informações. De acordo com uma entrevista realizada com o Inspetor Marco Antônio Palhano da PRF (Balestrim, 2022), os dados de inteligência levantados pelo SISFRON e que alimentam o Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN), podem ser solicitados pelos órgãos de segurança pública com intuito de subsidiar investigações e operações, porém falta confiança e interoperabilidade entre os órgãos. O inspetor afirma que:

“Uma informação que às vezes leva um mês, cinco meses para se obter e chegar num nível de confiança de tempo real vai se perder porque você não sabe quem vai executar. Então até que se estabeleça essa cadeia de confiança não será compartilhada essa informação. Dentro da própria instituição já é difícil” (Balestrim, 2022, p. 132).

Palhano ainda cita que em uma operação, os órgãos que possuem dados de inteligência levantados por seus sensores os utilizam em benefício próprio e executam a ação com o emprego da equipe diretamente subordinada (Balestrim, 2022). Segundo o inspetor, essa falta de confiança pode ser mitigada com maiores interações por meio de palestras, seminários, cursos, intercâmbios, entre outras atividades que fortaleçam os laços interorganizacionais (Balestrim, 2022).

Não obstante, outra questão que dificulta a comunicação interagências, é que os meios adotados pelo SISFRON não são compatíveis com todas as agências envolvidas. Em exemplo mostrado por Balestrim (2022), os rádios utilizados pela PRF possuem protocolo Tetra, enquanto o do SISFRON utiliza o Sistema SRDT – APCO25. Entretanto, esse problema pode ser resolvido através da utilização de equipamentos que possibilitem a interface entre diferentes protocolos de comunicação (Rodriguez, 2020 *apud* Balestrim, 2022).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou fazer uma análise das fronteiras brasileiras com enfoque na região da Grande Dourados-MS, para a compreensão das políticas de defesa criadas no país a partir do aumento da percepção da violência nas faixas de fronteiras devido aos ilícitos transnacionais. Por fim, observa-se a implementação do SISFRON na região do Arco Central sob comando da 4ª Bda C Mec, e seus resultados na repressão aos crimes transfronteiriços e na garantia da defesa nacional.

Dessa forma, os objetivos específicos e gerais propostos na pesquisa foram alcançados, pôde-se também responder à pergunta: “Quais são as contribuições do projeto piloto do SISFRON para a construção de uma política de segurança integrada na região de fronteira do Arco Central do país, em especial na região da Grande Dourados?”. Além disso, pôde-se testar a hipótese sustentada de que o Projeto Piloto do SISFRON potencializou a atuação da 4ª Bda C Mec, possibilitou a interoperabilidade entre agências, de maneira a maximizar a repressão aos crimes transfronteiriços. Assim como, permitiu uma maior cooperação regional nos âmbitos de defesa e políticas públicas de segurança com os países vizinhos, em especial o Paraguai, na medida que também serviu como ferramenta para o aumento da diplomacia militar brasileira.

A partir das contribuições do primeiro capítulo, aponta-se que, historicamente, as fronteiras brasileiras foram marginalizadas de políticas públicas de desenvolvimento. A lacuna estatal e a fragilidade social presentes nesta região propiciam dinâmicas violentas e o surgimento de atores não-estatais ligados ao crime transnacional, como o PCC e o Comando Vermelho.

Neste sentido, fica clara a posição estratégica do Mato Grosso do Sul na manutenção da segurança nacional, devido à sua fronteira com o Paraguai e a Bolívia. Conforme a análise feita da região da Grande Dourados, verifica-se o aumento da atuação das organizações criminosas, em especial nas cidades-gêmeas de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero.

Diante disso, o segundo capítulo aborda a construção da agenda securitizada do tráfico de drogas no país conforme proposto pela Escola de Copenhague. Aponta-se a mudança do viés securitário na formulação de políticas de fronteira para o caráter social durante o governo Lula, que buscava cooperação regional entre os países da América do Sul. Observa-se também a descontinuidade desse viés no governo Dilma, com a criação do PEF, que confirma a securitização das drogas no Brasil. Nesse período, têm-se ainda a criação de outras políticas e ações de caráter securitário, como a END, ENAFRON, o LBDN e o SISFRON.

Por fim, o terceiro capítulo discorre sobre a criação do SISFRON e a implementação do Projeto Piloto na 4ª Bda C Mec em Dourados. O SISFRON é um sistema integrado de sensoriamento, apoio à decisão e emprego operacional com finalidade de aumentar a presença e a capacidade estatal na faixa de fronteira terrestre.

Concebido de acordo com as diretrizes da END e do PEF, o Projeto prevê a o monitoramento e controle efetivo e constante das fronteiras, fortalecimento da Base Industrial de Defesa (BID), ação integrada entre as Forças Armadas e os demais órgãos de segurança pública por meio do compartilhamento de dados de inteligência e a cooperação regional entre países vizinhos no âmbito de segurança e defesa.

Verifica-se então, que o Projeto Piloto possibilitou ao Mato Grosso do Sul ampliar sua capacidade de repressão ao crime, conforme evidenciado pela quantidade de cocaína e maconha apreendida no estado nos últimos oito anos (Gráfico 1 e 2). Ainda assim, o SISFRON destaca-se como uma ferramenta da diplomacia militar à medida que gera cooperação entre militares de países vizinhos.

Desde a implementação do SISFRON no Arco Central houve um aumento da cooperação bilateral entre o Brasil e o Paraguai nos temas de defesa e segurança. Destaca-se o Mecanismo 2+2 de Consulta Política e Avaliação Estratégica, a Operação Nova Aliança e os mais recentes, o Compromisso de Assunção Contra a Corrupção e o Crime Organizado e o Acordo de Migração assinados em 2023.

No que tange à interoperabilidade entre as agências, aponta-se que há uma baixa interação entre elas, seja devido à falta de uma governança a nível estratégico do Governo Federal, ou à desconfiança em compartilhar dados entre os órgãos de segurança envolvidos. Entende-se então, que, apesar do SISFRON garantir institucionalmente a cooperação interagências, carece de um órgão que coordene essas ações.

Conclui-se, portanto, que o SISFRON é um dos empreendimentos mais importante de defesa nacional. Sendo assim, mesmo que apresente algumas limitações ou problemas como a falta de comunicação interagências, o Projeto Piloto serviu para testar as capacidades do Sistema e identificar as melhorias. Dessa forma, conclui-se que, o SISFRON deve ser mantido e ampliado para o restante das fronteiras como previsto, mas que necessita de eventuais avaliações para detectar e resolver possíveis falhas.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, I. O. ; CORTINHAS, J. S. ; SOARES, M. A. ; FRANCO, L. G. A. . Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras em Perspectiva. Texto para Discussão (IPEA) , v. 1, p. 7-35, 2019. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9317/1/td\\_2480.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9317/1/td_2480.pdf). Acesso em: 5 jul. 2023.
- BALESTRIM, Roberto. **10 anos de SISFRON : um estudo sobre o aproveitamento das suas capacidades para defesa e segurança do arco central da fronteira brasileira**. Rio de Janeiro, 2022 Dissertação (Mestrado em Ciências Militares) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Disponível em: <http://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/11685>. Acesso em: 14 jul. 2023.
- BALESTRIM, Roberto; FRANCHI, Tássio; MORAIS, Tiago de Castro Nogueira Borges; ESPOSITO NETO, Tomáz. Os reflexos socioeconômicos da presença militar na região de fronteira sob responsabilidade da 4ª brigada de cavalaria mecanizada. In: OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado de; (Org.). **Anais do I Congresso do Migrafron**. Uberlândia: Marco Teórico, 2022. pp. 83-108.
- BARBOSA, Cristiano Guimarães Barbosa. **O Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON) frente às vulnerabilidades brasileiras e seus reflexos na cooperação regional**. Rio de Janeiro, 2014 Dissertação (Mestrado em Ciências Militares) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Disponível em: <http://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/1/558>. Acesso em 14 jul. 2023.
- BRASIL, Ministério da Defesa. **Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - SISFRON**. 2014. 14 slides. Disponível em: <http://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/123456789/619>. Acesso em: 14 jul. 2023.
- BRASIL. Câmara dos Deputados **Apresentação da Enafron**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2011a.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 19 fev. 2023.
- BRASIL. Decreto nº 3.897, de 24 de agosto de 2001. Fixa as diretrizes para o emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2001. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2001/d3897.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3897.htm). Acesso em: 12 jul. 2023.
- BRASIL. Decreto nº 5.144, de 16 de julho de 2004. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2004. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5144.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5144.htm). Acesso em: 08 jul. 2023.
- BRASIL. Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005. Aprova a Política de Defesa Nacional, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2005. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5484.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5484.htm). Acesso em: 31 jul. 2023.
- BRASIL. Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008. Aprova a Estratégia Nacional de Defesa, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2008. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/Decreto/D6703.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/Decreto/D6703.htm). Acesso em: 31 jul. 2023.
- BRASIL. Decreto no 7.496, de 8 de junho de 2011. Institui o Plano Estratégico de Fronteiras. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2011. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7496.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7496.htm). Acesso em: 30 jul. 2023.
- BRASIL. **Escritório de Projetos do Exército Brasileiro**. Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras. Disponível em: <http://www.epex.eb.mil.br/index.php/sisfron>. Acesso em: 01 ago. 2023.
- BRASIL**. Lei nº 12.850, de 02 de agosto de 2013. Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-

Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/112850.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112850.htm). Acesso em: 12 dez. 2023.

BRASIL. **Livro Branco de Defesa Nacional**. 2012. Disponível em: <http://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/123456789/465>. Acesso em: 07 jun. 2023.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **I Reunião do Mecanismo 2+2 de Consulta e Avaliação Estratégica entre os Ministérios da Defesa e das Relações Exteriores do Brasil e do Paraguai – Assunção, 4 de abril de 2016**. 2016a. Disponível em: [https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/i-reuniao-do-mecanismo-2-2-de-consulta-e-avaliacao-estrategica-entre-os-ministerios-da-defesa-e-das-relacoes-exteriores-do-brasil-e-do-paraguai-assuncao-4-de-abril-de-2016](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/i-reuniao-do-mecanismo-2-2-de-consulta-e-avaliacao-estrategica-entre-os-ministerios-da-defesa-e-das-relacoes-exteriores-do-brasil-e-do-paraguai-assuncao-4-de-abril-de-2016). Acesso em: 07 nov. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. Portaria nº 2.507, de 5 de outubro de 2021. Estabelece o conceito de cidades gêmeas nacionais, os critérios adotados para essa definição e lista todas as cidades brasileiras por estado que se enquadram nesta condição. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 6 out. 2021. Seção 1, p. 29. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.507-de-5-de-outubro-de-2021-350617155>. Acesso em: 27 jul. 2023.

BRASIL. **Ministro da Justiça e Diretor-Geral da PF lançam, no Paraguai, a 40ª fase da Operação Nova Aliança**. Ministério da Justiça e Segurança Pública. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/noticias/2023/10/ministro-da-justica-e-diretor-geral-da-pf-inauguram-no-paraguai-a-40a-operacao-nova-alianca>. Acesso em: 7 nov. 2023.

BRASIL. **PF e MJSP realizam visita oficial ao Paraguai**. Ministério da Justiça e Segurança Pública. 2023b. Disponível em: <https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/noticias/2023/10/pf-e-mjsp-realizam-visita-oficial-ao-paraguai>. Acesso em: 7 nov. 2023.

BRASIL. **PF e SENAD encerram a 39ª fase da Operação Nova Aliança**. Ministério da Justiça e Segurança Pública. 2023a. Disponível em: <https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/noticias/2023/08/pf-e-senad-encerram-a-39a-fase-da-operacao-nova-alianca>. Acesso em: 7 nov. 2023.

BRASIL. Secretaria Especial de Assuntos Econômicos. Relatório de Conjuntura. **Custos Econômicos da Violência**. 2018.

BRASIL. Presidência da República. DECRETO n. 8.903, de 15 de novembro de 2016. **Diário Oficial da União**: Seção 1, 17 de novembro de 2016. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/decreto/D8903.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8903.htm). Acesso em: 17 jul. 2023.

BUZAN, Barry *et al.* **Security: A New Framework for Analysis**. Lynne Rienner Publishers, v. 3, f. 126, 1998. 252 p.

CALIXTO, M. J. M. S. O processo de consolidação da centralidade regional de Dourados-MS na rede urbana: uma contribuição para a análise de uma cidade média. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 23, n. 3, p. 582-601, dez. 2019, ISSN 2179-0892. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/159878>. Acesso em: 26 jul. 2023.

CARNEIRO FILHO, C. P.; CAMARA, L. B. . Políticas públicas na faixa de fronteira do Brasil: PDFF, CDIF e as políticas de segurança e defesa. **CONFINS (PARIS)**, v. 41, n. 41, 2019. DOI: 10.4000/confins.22262. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/22262>. Acesso em 30 jul. 2023.

CARNEIRO FILHO, C. P.; CAMARA, L. B.; PEREIRA, B. L. M. SEGURANÇA E DEFESA NA FRONTEIRA OESTE: O ARCO CENTRAL E AS AMEAÇAS NAS DÍADES COM BOLÍVIA E PARAGUAI. **Para Onde!?**, v. 13, n. 2, p. 122–136, 4 maio 2020. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-0003.101092>. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/paraonde/article/view/101092>. Acesso em 21 jul. 2023.

ESPÓSITO NETO, T.; FRANCHI, T. As múltiplas visões sobre o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON). **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, [S. l.], v. 10, n. 20, p. 458–479, 2021. DOI: 10.30612/rmufgd.v10i20.15474. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/15474>. Acesso em: 14 jul. 2023.

ESPÓSITO NETO, T.; FRANCHI, T. As relações brasileiro-paraguaias de Dilma a Temer (2011-2018): uma parceria estratégica em (des)construção?. **Carta Internacional**, [S. l.], v. 17, n. 1, p. e1187, 2022. DOI: 10.21530/ci.v17n1.2022.1187. Disponível em: <https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/1187>. Acesso em: 31 jul. 2023.

FAISTING, A. L.; CARBONARI, W. M. V. Representações da violência na fronteira: um estudo a partir de municípios da Grande Dourados, MS. **Tempo da Ciência**, [S. l.], v. 23, n. 46, p. 27–39, 2000. DOI: 10.48075/rtc.v23i46.16125. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/tempodaciencia/article/view/16125>. Acesso em: 8 ago. 2023.

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO. **Fronteiras Terrestres**. Disponível em: <https://www.funag.gov.br/ipri/images/analise-e-informacao/fronteiras-terrestres-brasil-13052015.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2023.

FURTADO, R. 35 ANOS DA LEI DA FAIXA DE FRONTEIRA: avanços e desafios à integração sul-americana. **Revista Brasileira de Inteligência**, n. 9, p. 81-89, 1 maio 2015.

GHADIE, Aida Mohamed. **A Inserção internacional das cidades médias na faixa de fronteira**: o caso da cidade de Dourados. Dourados, 2019. Dissertação (Mestrado em Fronteiras e Direitos Humanos) - Fundação Universidade Federal da Grande Dourados. Disponível em: <http://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/1085>. Acesso em: 21 jul. 2023.

HINAGO, M.; PIURCOSKY, F. P. A capacitação no projeto SISFRON: as lições aprendidas do projeto piloto e as perspectivas para o prosseguimento das próximas fases. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, [S. l.], v. 10, n. 20, p. 285–320, 2021. DOI: 10.30612/rmufgd.v10i20.14387. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/14387>. Acesso em: 15 jul. 2023.

IBGE. **Municípios da Faixa de Fronteira e Cidades Gêmeas**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/24073-municipios-da-faixa-de-fronteira.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 14 jul. 2023.

*INSIGHT CRIME. Paraguay ante una criminalidad en evolución y la corrupción persistente*. Disponível em: <https://es.insightcrime.org/investigaciones/pcc-intenta-apoderarse-frontera-paraguay-brasil/>. Acesso em: 10 jul. 2023.

*INSIGHT CRIME. PCC en busca del control interno y la frontera Paraguay-Brasil*. Disponível em: <https://es.insightcrime.org/investigaciones/pcc-intenta-apoderarse-frontera-paraguay-brasil/>. Acesso em: 10 jul. 2023.

*INSIGHT CRIME. Perfil de Paraguay*. Disponível em: <https://es.insightcrime.org/noticiascrimen-organizado-paraguay/perfil-de-paraguay/#Fuerzas%20de%20Seguridad>. Acesso em: 10 jul. 2023

*INSIGHT CRIME. Perfil do Brasil*. Disponível em: <https://es.insightcrime.org/noticiascrimen-organizado-brasil/brasil/#his>. Acesso em: 10 jul. 2023.

IPEA. **Atlas da Violência**. Fórum brasileiro de segurança pública. Rio de Janeiro: IPEA, 2022. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/dados-series/20>. Acesso em: 07 ago. 2023.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LANDIM, Hiarley Goncalves Cruz. SISFRON: ferramenta de ampliação da Diplomacia Militar brasileira e fortalecimento do CDS.. **Revista Política Hoje**, [S.l.], v. 24, n. 1, p. 135-148, set. 2015. ISSN 0104-7094. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/politica hoje/article/view/3737/3039>. Acesso em: 02 ago. 2023.

LEITE, Amauri Pereira. **O Projeto Piloto do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras: Concepção e situação atual**. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia) – Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro. 2013.

MACHADO, L. O. . Cidades na fronteira internacional: conceitos e tipologia. In: Anais da II Conferência Internacional Desenvolvimento Urbano em Cidades de Fronteira. Foz do Iguaçu, 2006. p. 58-69.

MEDEIROS FILHO, O. Desafios do Exército Brasileiro nas fronteiras amazônicas: entre a border e a frontier. **Coleção Meira Mattos: revista das ciências militares**, v. 14, n. 49, p. 77-97, 21 jan. 2020.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1995.

NEWMAN, David. **Borders and Bordering: Towards an Interdisciplinary Dialogue**. European Journal of Social Theory, v. 9, n. 2. 2006.

OLIVEIRA, André Luis Faria Teixeira de. **O programa estratégico do Exército SISFRON e o orçamento de Defesa brasileiro: descompasso orçamentário e óbices para a implantação**. Rio de Janeiro, 2023 Dissertação (Mestrado em Ciências Militares) - Escola de Comando e Estado-maior do Exército. Disponível em: <http://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/11907>. Acesso em: 29 ago. 2023.

PERFIL SOCIOECONÔMICO DE DOURADOS – MS. 2018: Disponível em: <http://www.dourados.ms.gov.br/wp-content/uploads/2019/05/Perfil-Socioeconômico-de-Dourados.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2023.

REGO-MONTEIRO, L. C. . Segurança de fronteiras no Arco Central: dos espaços de exceção ao Estado securitário. In: Juliana Nunes Rodrigues e Licio Caetano do Rego Monteiro. (Org.). **Crise e reinvenção dos espaços da política**. 1ed.Rio de Janeiro: Consequência, 2020, v. 1, p. 173-204.

RODRIGUEZ, P. A. L.; VAZ, A. C. N. As relações interorganizacionais em programas públicos: um estudo de caso no programa Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras – SISFRON. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, [S. l.], v. 10, n. 20, p. 321–358, 2021. DOI: 10.30612/rmufgd.v10i20.13973. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/13973>. Acesso em: 15 jul. 2023.

ROSIÈRE Stéphane. Mundialização e teicopolíticas: análise do fechamento contemporâneo das fronteiras internacionais. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 42, n. 2, 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/bgg/article/view/56327>. Acesso em: 9 out. 2023.

SANTA BÁRBARA, M. DE J.; MEDEIROS FILHO, O. O papel trinitário do Exército Brasileiro: bases de uma força “multitarefa”. **Coleção Meira Mattos: revista das ciências militares**, v. 15, n. 53, p. 147-165, 4 maio 2021.

SCHERMA, Márcio A. . Políticas de defesa e segurança para as fronteiras nos governos Lula e Dilma. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)**. Boletim de Economia e Política Internacional, v. 7, p. 65-77, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/6735>. Acesso em: 26 jul. 2023.

**SECRETÁRIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA**. SEJUSP/MS. Disponível em: <http://estatistica.sigo.ms.gov.br/>. Acesso em: 4 ago. 2023.

**SECRETÁRIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA**. SEJUSP/MS. Policiamento e fiscalização em rodovias e áreas urbanas aumentam apreensões de armas no Estado. Disponível em: <https://www.sejusp.ms.gov.br/policiamento-e-fiscalizacao-em-rodovias-e-areas-urbanas-aumentam-apreensoes-de-armas-no-estado/>. Acesso em: 1 nov. 2023.

SILVA, Caroline Cordeiro Viana e. **Segurança internacional e novas ameaças**: A securitização do narcotráfico nas fronteiras brasileiras. Curitiba, 2013 Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ.

SILVA, Wagner Ferreira da . **Mato Grosso do Sul: fronteira estratégica para o crime organizado**. IDESF. Foz do Iguaçu, 2022. Disponível em: <https://www.idesf.org.br/2022/07/01/mato-grosso-do-sul-fronteira-estrategica-para-o-crime-organizado/>. Acesso em: 14 jul. 2023.

VAZ, Luísa Guimarães. **A dinâmica do crime organizado transnacional na fronteira Brasil-Paraguai** : um estudo sobre o tráfico de armas e drogas . Rio de Janeiro, 2023 Dissertação (Mestrado em Ciências Militares) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Disponível em: <http://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/11536>. Acesso em: 14 jul. 2023.

VILLA, Rafael Antonio Duarte. O Paradoxo da Macrossecuritização: Quando a guerra ao terror não securitiza outras "Guerras" na América do Sul. **Contexto Internacional**, v. 36, n. 2, p. 349-383, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cint/v36n2/0102-8529-cint-36-02-0349.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2023.